CONTRATO DE PROGRAMA Nº 01/2021

QUE DISPÕE SOBRE AS OBRIGAÇÕES QUE O CONSÓRCIO E OS CONSORCIADOS TÊM PARA COM A GESTÃO E SERVICOS PRESTADOS PELA POLICLÍNICA REGIONAL, CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA, O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE -OS SESAB. E MUNICÍPIOS DE ARACI. BARROCAS, BIRITINGA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, EUCLIDES DA CUNHA, LAMARÃO. SANTO, QUIJINGUE, RETIROLÂNDIA, SANTA LUZ, SÃO DOMINGOS, SERRINHA, TEOFILÂNDIA E VALENTE. NA FORMA E CONDIÇÕES A SEGUIR:

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 38.247.590/0001-24, com sede na Rua Campos Filho. Centro, nº 140. CEP nº 48.700-000, neste ato representado por seu Presidente. Sr. Prefeito LUCIANO P. DAMASCENO E SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF/MF nº 013.979.545-66, doravante denominado CONSÓRCIO: O ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937,032/0001-60, com sede na Avenida Luiz Viana Filho, 3' Avenida, no 390, Ala Sul, 3° andar, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - Bahia, representado, neste ato, pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, RUI COSTA, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.131/0001-41, situada na Avenida Luiz Viana Filho, nº 400, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - Bahia, representada, neste ato, por seu Secretário, Sr. Fábio Vilas-Boas Pinto: e os Municípios de ARACI. inscrito no CNPJ sob o nº 14.232.086/0001-92, com sede de sua prefeitura estabelecida na Rua Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 04, Centro, CEP 48.760-000, representado pelo Sr. Prefeita MARIA BETIVANIA LIMA DA SILVA. brasileira, inscrita no CPF sob o nº 74262300587; BARROCAS, inscrito no CNPJ sob o nº 04.216.287/0001-42, com sede de sua prefeitura estabelecida na Avenida ACM, nº 705, Centro, CEP 48.705-000, representado pelo Sr. Prefeito JOSÉ JAILSON LIMA FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 864.660.035-15; BIRITINGA, inscrito no CNPJ sob o nº 13.855.558/0001-39, com sede de sua prefeitura estabelecida na Praça Matriz, nº 276, Centro, CEP 48.780-000, representado pelo Sr. Prefeito GILMARIO SOUZA DE OLIVEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 61883328500; CONCEIÇÃO DO COITÉ, inscrito no CNPJ sob o nº 13.843.842/0001-57, com sede de sua prefeitura estabelecida na Praça Theógenes Antônio Calixto, Vila Tolde, CEP 48.730-000, representado pelo Sr. Prefeito MARCELO PASSOS DE ARAUJO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 47312998534; EUCLIDES DA CUNHA, inscrito no CNPJ sob o nº 13.698.774/0001-80, com sede de sua prefeitura estabelecida no Centro Administrativo Municipal, s/nº CEP 48500-000, representado pelo Sr. Prefeito LUCIANO PINHEIRO DAMASCENO E SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 013.979.545-66; LAMARÃO, inscrito no CNPJ sob o nº 13.844.071/0001-12, com sede de sua prefeitura estabelecida na Praça Joaquim Pinto Batista, nº 08. CEP 48720-000, representado pelo Sr. Prefeito MARIA LUZINEIDE COSTA SILVA DE ARAÚJO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 71742549500; **MONTE SANTO**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.698.766/0001-33, com sede de sua prefeitura estabelecida na Avenida Desembargador Sálvio Martins, nº 249, Centro, representado pelo Sr. Prefeito SILVANIA SILVA MATOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 62242075500; QUIJINGUE, inscrito no CNPJ sob o nº 13.689.782/0001-33, com sede de sua prefeitura estabelecida na Praça Hermógenes José Silva, s/nº, CEP 48.830-000, representado pelo Sr. Prefeito WELINGTON CAVALCANTI DE GÓIS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 283.681.55-15; **RETIROLÂNDIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.844220/0001-43, com sede de sua prefeitura estabelecida na Rua Joana Angélica, nº 537, CEP 48750-000, representado pelo Sr. Prefeito ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 687.260.235-04; SANTALUZ, inscrito no CNPJ sob o nº 13.807.870/0001-19, com sede de sua prefeitura estabelecida na Praça Coronel José Leitão, nº 14, Centro, CEP 48880-000, representado pela Sr. Prefeito ARISMÁRIO BARBOSA JÚNIOR, brasileiro, inscrita no CPF sob o nº 016.549.665-76; SÃO DOMINGOS, inscrito no CNPJ sob o nº 16.435.547/0001/50, com sede de sua prefeitura estabelecida na Rua Dois de Julho, 2-24, CEP 48.895-000, representado pelo Sr. Prefeito ILARIO ANTONIO NETO RIOS CARNEIRO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 633.846.395-53; **SERRINHA**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.845.086/0001-03, com sede de sua prefeitura estabelecida na Rua Campos Filho, nº 140, Centro, CEP 48.700-000, representado pelo Sr. Prefeito ADRIANO SILVA LIMA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 912.972.575-53; TEOFILÂNDIA, inscrito no CNPJ sob o nº 13.845.466/0001-30, com sede de sua prefeitura estabelecida na Rua Fernando Lopes, nº 121, Centro, CEP 48.770-000, representado pelo Sr. Prefeito HIGO MOURA MEDEIROS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 005.390.835-00 e VALENTE, inscrito no CNPJ sob o nº 13.845.896/0001-51, com sede de sua prefeitura estabelecida na Rua Getúlio Vargas nº 001, CEP 48890-000 representado pelo Sr. Prefeito UBALDINO AMARAL DE OLIVEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 086.097.645-91, doravante denominados CONSORCIADOS, têm entre si ajustado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007, Lei Estadual nº 13.374 de 22 de setembro de 2015 e nas Leis Municipais a seguir:

MUNICÍPIO	LEI N°	PUBLICAÇÃO
Araci	206/2015	28 de dezembro de 2015
Barrocas	325/2015	28 de dezembro de 2015
Biritinga	695/2015	30 de dezembro de 2015
Conceição do Coité	773/2016	05 de janeiro de 2016
Euclides da Cunha	1.473/2015	23 de dezembro de 2015
Lamarão	368/2015	03 de dezembro de 2015
Monte Santo	016/2015	22 de dezembro de 2015
Quijingue	003/2016	14 de março de 2016
Retirolândia	407/2015	27 de novembro de 2015
Santaluz	1.452/2016	03 de fevereiro de 2016
São Domingos	533/2019	12 de setembro de 2019
Serrinha	1.086/2015	23 de dezembro de 2015
Teofilândia	294/2016	07 de janeiro de 2016
Valente	682/2015	25 de novembro de 2015

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Este contrato tem por objeto dispor sobre as obrigações que o consórcio e os consorciados têm para com a gestão e serviços prestados pela Policlínica Regional de Saúde em Serrinha, Unidade Integrante da Rede Própria de Assistência da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, cedida ao CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA, com vistas ao desenvolvimento das ações e serviços de saúde de média e alta complexidade.

§ 1º – São partes integrantes deste Contrato de Programa, independentemente de transcrição, os anexos abaixo relacionados:

ANEXO I

SERVIÇOS DEFINIDOS E ESTRUTURADOS PELO PROGRAMA COM RESPECTIVOS POTENCIAIS DE PRODUÇÃO MENSAL E PROGRAMAÇÃO PACTUADA CONSORCIAL -- PPC

ANEXO II

INDICADORES E METAS DE PRODUÇÃO E RESULTADOS DO CONSÓRCIO

ANEXO III

SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DAS METAS E DOS INDICADORES DE PRODUTIVIDADE E QUALIDADE

- § 2º A prestação de serviços do consórcio (Anexo I), dar-se-á através da Programação Pactuada Consorcial PPC.
- § 3º Os indicadores e metas de produção da Policlínica (Anexo II e III) serão avaliados pela Assembleia Geral, semestralmente, com base em parecer do Conselho Consultivo de Apoio à Gestão do Consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONSÓRCIO

Incumbe ao CONSORCIO, além das obrigações constantes nas especificações técnicas explicitadas nos ANEXOS I, II, III e as estabelecidas na Legislação referente ao SUS, as quais:

- I. Inserir, por meio do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA, a Policlínica Regional de Saúde em Serrinha no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), assim como preencher todos os documentos necessários ao seu funcionamento e financiamento, garantindo a atualização dos mesmos.
- II. Dispor de um Serviço de Servidor de arquivos, responsável pelo armazenamento, segurança e conservação dos prontuários digitais dos pacientes, pelo prazo previsto em lei;
- III. Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;
- IV. Fornecer ao paciente atendido, por ocasião da conclusão dos procedimentos solicitados e realizados na Unidade, uma via da contra-referência circunstanciada do atendimento prestado com plano terapêutico pós-alta, do qual deverão constar, no mínimo, os seguintes dados:
- a) Identificação completa do paciente;
- b) Nome do município que referenciou;

- c) Localização do serviço;
- d) Motivo do atendimento (CID);
- e) Data do início e término do tratamento:
- f) Diagnósticos definidos:
- g) Plano Terapêutico instituído e/ou sugerido pelos especialistas;
- h) Assinatura e carimbo do profissional executante;

V. No diagnóstico positivo para o câncer, em até 3 dias (úteis) o paciente deverá ser encaminhado a Secretaria Municipal de Saúde para ser regulado, com apoio e acompanhamento do Assistente Social da Policiínica Regional de Saúde, munido do documento de contra-referência para a Rede de Atenção Oncológica;

VI. Garantir o atendimento dos pacientes com dignidade e respeito, de forma humanizada e igualitária, primando sempre pela excelência na qualidade da prestação dos serviços, e integralidade do cuidado na unidade e na rede de atendimento, bem como conscientizá-los da importância do seu vínculo com a atenção primária de saúde;

VII. Justificar, por escrito, aos entes federativos consorciados, as razões técnicas alegadas, quando da não-realização de qualquer ato previsto neste programa.

VIII. Não utilizar, e nem permitir, que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação cientifica;

IX. Aplicar instrumento de avaliação de satisfação ao usuário, em no mínimo 5% dos pacientes atendidos semestralmente, com relação aos serviços prestados pela Policlínica Regional de Saúde em Serrinha, e apresentar relatório semestral para apreciação da Assembleia Geral, com base em parecer do Conselho Consultivo de Apoio à Gestão do Consórcio;

X. Aplicar, semestralmente, um instrumento de avaliação de satisfação do profissional com relação ao processo organizacional e funcional da Policlínica Regional de Saúde em Serrinha;

XI. Elaborar, definir e aplicar, de forma sistemática e regular, Protocolos Clínicos, Protocolos de Referência/Contra-referência, Procedimentos Operacionais Padrão — POPs e o Regimento Interno da Policlínica Regional de Saúde em Serrinha;

XII. Informar, mensalmente, até o 20° dia do mês, o quantitativo de serviços a serem ofertados em cada especialidade, com a devida agenda dos profissionais às Secretarias de Saúde dos respectivos entes CONSORCIADOS para o mês subsequente.

XIII. Informar, até o 5º dia útil do mês subsequente, às Secretarias de Saúde dos respectivos entes CONSORCIADOS, relatório com a produção ambulatorial dos serviços executados, via informatizada pelo Sistema Integrado de Gestão em Saúde - SIGES:

XIV. Garantir a totalidade dos registros dos procedimentos assistenciais realizados nos prontuários, assim como, no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS, Sistema de Informação do Câncer - SISCAN do DATASUS, Ministério da Saúde:

XV. Proceder com a aquisição de bens e contratação de serviços de terceiros necessários ao funcionamento geral das ações de saúde realizadas pela Policlínica Regional de Saúde em Serrinha. Utilizando, preferencialmente, a adesão às atas de Registro de Preço, quando houver vantajosidade.

XVI. Zelar pela manutenção predial, dos bens móveis, imóveis, equipamentos e instalações cedidos ao Consórcio, bem como realizar e encaminhar anualmente inventário físico ao Estado, por intermédio da Secretária de Saúde do Estado da Bahia - SESAB;

XVII. Aplicar os recursos financeiros que lhe forem repassados em estrita obediência ao Contrato de Rateio, plano de prestação de serviços e ao cronograma de desembolso, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, a assunção de compromissos sem aprovação em assembleia e aferição da disponibilidade orçamentária e financeira, sob pena de apuração de responsabilidade;

XVIII. Elaborar e enviar ao Conselho Fiscal, semestralmente, os balancetes e demais demonstrações financeiras, os quais deverão ser remetidos, juntamente a ata do aludido Conselho, aos CONSORCIADOS;

XIX. Submeter a prévia análise e autorização dos CONSORCIADOS qualquer alteração no seu CONTRATO DE PROGRAMA;

XX. Afixar, em lugar de fácil visibilidade, informativos nos quais devem constar na unidade: modalidade de sua gestão, cardápio dos serviços prestados e consórcios, assim como, contato das ouvidorias públicas dentre outras;

XXI. Utilizar o símbolo e o nome designativo da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE EM SERRINHA, seguido pela designação "CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA", GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em qualquer veículo de divulgação;

XXII. Colocar a Unidade de Saúde à disposição para realização de eventos que visem à transferência de experiências inovadoras e exitosas de gestão a outros

serviços de saúde, de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração Pública;

XXIII. Produzir, democratizar e apresentar os indicadores e metas dos serviços desempenhados pela policiínica, em período trimestral, ao Conselho Consultivo de Apoio à Gestão do Consórcio

XXIV. Produzir e disponibilizar mensalmente aos entes consorciados o *staff* clínico da unidade, bem como a carga horária dos profissionais;

XXV. Implementar a cultura da qualidade e segurança do paciente nos serviços de saúde, de média e alta complexidade, através de capacitação dos funcionários, organização do processo e do fluxo de trabalho que atendam às normas de vigilância em saúde;

XXVI. Implantar na unidade uma Comissão de Humanização e Gestão do Trabalho, com representante das categorias dos funcionários e gestores da unidade.

XXVII. Instituir a gestão participativa inclusiva por meio da Ouvidoria, do Conselho Consultivo de Apoio à Gestão do Consórcio e de uma Comissão Interna de Humanização e Gestão do Trabalho;

XXVIII. Submeter à Assembleia Geral a inclusão de novos serviços/especialidades que sejam consideradas essenciais e de acordo com as necessidades da região consorciada e disponibilidade orçamentária e financeira, devendo, para tanto, ser comprovada de acordo com indicadores de saúde;

XXIX. Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados;

XXX. Restituir, integralmente, aos consorciados, em caso de rescisão e consequente extinção do Consórcio, o patrimônio, os legados ou doações que lhe forem destinados, bem como excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde da Policlínica Regional de Saúde em Serrinha, cujo uso lhe fora permitido.

XXXI. Garantir o funcionamento regular da Policlínica Regional de Saúde em Serrinha, preferencialmente, de segunda a sexta das 07:00h às 12:00h turno da manhã, e das 13:00 às 18:00h para o turno da tarde.

XXXII. Implantar o sistema de registro eletrônico de ponto para utilização de todos os profissionais do estabelecimento de saúde, conforme padrões estabelecidos na legislação vigente. Nos casos em que a direção ou profissionais de saúde tenham sido convocados ou programados para atividades externas, deverá haver a juntada de documentos comprobatórios das atividades desenvolvidas, com a assinatura do responsável competente, ou da Diretoria Executiva do Consórcio;

XXXIII — Conceder, após aprovação em Assembleia Geral, gratificação de desempenho para os trabalhadores da Policlínica, conforme regulamentado em instrumento específico;

XXXIV – A Diretoria Geral da Policlínica encaminhará à gestão administrativa do consórcio relatório individualizado da aplicação dos indicadores desempenho profissional para cálculo da gratificação.

XXXV – Assegurar, anualmente, por paciente, o limite de até quatro consultas por especialidade médica, e quatro exames por seguimento corpóreo, com exceção do serviço de ambulatório de pé-diabético;

XXXVI -- As cotas municipais dos serviços ofertados pela Policlínica deverão respeitar a proporcionalidade de coparticipação (per capita) dos entes consorciadas, e serem publicadas no início de cada exercício financeiro, no diário oficial do consórcio;

Parágrafo único – Todas as obrigações previstas neste artigo, em especial os incisos VII, IX, X, XI, XXII, XXIII e XXVIII, que digam respeito direta ou indiretamente ao funcionamento, organização e gestão da Policlínica Regional de Saúde em Serrinha são de responsabilidade da equipe assistencial da Unidade, sempre com a aprovação da Direção Geral.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSORCIADOS

Com vistas ao cumprimento desse instrumento, compete aos CONSORCIADOS:

- Supervisionar, acompanhar e fiscalizar, nos termos da legislação pertinente, as atividades relativas à execução deste CONTRATO;
- II. Programar, nos elementos financeiros específicos dos orçamentos dos CONSORCIADOS, os recursos necessários para custear a execução do objeto do presente contrato de acordo com o especificado no Contrato de Rateio;
- III. Cumprir o cronograma de desembolso dos recursos financeiros, previsto no contrato de rateio.

- IV. Solicitar ao CONSÓRCIO as devidas justificativas, em caso da não prestação, em sua plenitude, dos serviços elencados nos Potenciais de Produção Mensal;
- V. Analisar, anualmente, a capacidade e as condições de prestação de serviços realizados pelo CONSÓRCIO, com o fito de verificar se o mesmo dispõe de nível técnico assistencial:
- VI. Indicar e propiciar meios para efetiva participação dos membros que compõe os Conselhos e Comissões que integram o Consorcio.
- VII. Contribuir financeiramente com as despesas relativas às futuras alterações, expansões dos serviços, e consequente modernização, aperfeiçoamento e/ou ampliação dos equipamentos e instalações constantes do instrumento de cessão de uso do consórcio, que possam beneficiar os CONSORCIADOS, caso as formalize em contrato de rateio.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela gestão e o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, objetos do presente contrato, o CONSÓRCIO receberá recursos dos CONSORCIADOS, conforme estabelecido em contrato de rateio.

- § 1º Quaisquer alterações dos SERVIÇOS DEFINIDOS E ESTRUTURADOS (ANEXO I) implicará revisão do Contrato de Rateio, quando necessário.
- §2º As alterações dos SERVIÇOS DEFINIDOS E ESTRUTURADOS E DOS RESPECTIVOS POTENCIAIS DE PRODUÇÃO MENSAL (ANEXO I) deverão ser avaliadas através de parecer do Conselho Consultivo de Apoio à Gestão do Consórcio.
- §3º Em caso de inadimplemento do pagamento dos recursos estabelecidos neste instrumento e no Contrato de Rateio, fica o Ente Consorciado sujeito a indisponibilidade dos serviços estabelecidos no Anexo I, a partir do 30º dia da ausência dos repasses regulamentados, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- §4° A indisponibilidade dos serviços por inadimplência não isenta os entes consorciados das obrigações pactuadas em contrato de rateio, tampouco lhe concebe qualquer espécie de compensação quando da quitação do débito.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS HUMANOS

O CONSÓRCIO deverá informar aos CONSORCIADOS os gastos com remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza dos dirigentes e empregados do Consórcio, através da prestação de contas realizada, conforme Estatuto Consorcial ou sempre que solicitado pelos consorciados.

Parágrafo Único – A celebração de convênio ou quaisquer outros instrumentos não implicará redução do quantitativo de exames e consultas ofertadas, cabendo ao Consórcio garantir as condições necessárias ao seu cumprimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CESSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

É permitido aos CONSORCIADOS cederem ao CONSÓRCIO, servidores de seu quadro efetivo, na forma e condições da legislação, realizando-se a compensação de créditos pela cessão de servidores com ônus, observando, notadamente, o disposto neste CONTRATO, no Contrato de Rateio e Estatuto Consorcial.

- § 1º Os servidores cedidos permanecerão no seu regime de trabalho originário, podendo ser concedidos adicionais ou gratificações de acordo com a função exercida, competência e carga horária definidos em Regimento do Consórcio.
- § 2º O servidor cedido ao CONSÓRCIO permanece, para todos os efeitos, vinculado ao seu regime laboral originário, celetista ou estatutário, não se estabelecendo vínculo funcional ou trabalhista com o CONSÓRCIO.
- § 3º Ao CONSÓRCIO é vedada a cessão de seus empregados, sejam eles detentores de contratos de trabalho permanentes, temporários ou em comissão, para os CONSORCIADOS.
- §4° O recolhimento de contribuições previdenciárias e demais direitos trabalhistas dos servidores cedidos será efetivada nos moldes estabelecidos pelo regramento do Cedente (CONSORCIADO), sendo de inteira responsabilidade do Cessionário (CONSÓRCIO).

CLÁUSULA OITAVA — DA CESSÃO DE USO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS.

Os bens móveis e imóveis, equipamentos e instalações, deverão ser objeto de inventário e avaliação por parte dos CONSORCIADOS, para que, mediante formalização de termo específico a ser assinado, possam ser cedidos ao CONSÓRCIO, a título de Cessão de uso, cabendo ao cessionário mantê-lo em perfeito estado de conservação e uso.

- § 1º Com vista ao cumprimento desta Cláusula caberá aos CONSORCIADOS:
- I. Comunicar ao CONSORCIO as normas e procedimentos formais e operacionais para controle do acervo patrimonial e técnico;
- II. Manter sistema de controle dos bens patrimoniais;
- III. Comunicar ao CONSÓRCIO, em tempo hábil para cumprimento, os prazos de realização e encaminhamento do inventário de bens e imóveis;
- IV. Adquirir bens móveis e imóveis e, também, realizar as manutenções, reformas e reparos que venham a ser necessárias à execução deste CONTRATO DE PROGRAMA, nos termos de seu Estatuto e Contrato de Rateio.

CLÁUSULA NOMA – DA TRANSFERÊNCIA DE BENS REVERSÍVEIS

Caso existam bens reversíveis que vierem a ser amortizados, haverá convocação com pauta específica para deliberação sobre o procedimento destinado ao levantamento, cadastro e avaliação, baseado em transferências e amortizações, calculadas à base dos valores apurados e consensuados na referida Assembleia do Consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO, DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS.

No âmbito deste contrato, os CONSORCIADOS serão responsáveis pela fiscalização de sua execução, cabendo-lhes, em consonância com os objetivos, metas e indicadores constantes neste instrumento, a supervisão, o acompanhamento e a avaliação do desempenho do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA e da Policlínica Regional de Saúde em Serrinha.

- § 1º -A Diretoria Geral e o Conselho Consultivo de Apoio à Gestão do Consórcio reunir-se-ão trimestralmente a fim de realizar o acompanhamento e a avaliação parcial do cumprimento das metas.
- § 2º A avaliação das metas e resultados a serem utilizados pelo Conselho Consultivo de Apoio à Gestão, será efetuada com base nos critérios contidos no ANEXO II DOS INDICADORES E METAS DE PRODUÇÃO DO CONSÓRCIO e no ANEXO III SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DAS METAS E DOS INDICADORES DE PRODUTIVIDADE E QUALIDADE, podendo, ao longo da execução do presente CONTRATO DE PROGRAMA, serem adicionados e/ou modificados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA

O CONSORCIO elaborará e apresentará aos CONSORCIADOS relatórios circunstanciados semestrais, a respeito da execução deste CONTRATO, comparando as metas pactuadas com os resultados alcançados, tudo em consonância com esse instrumento.

- § 1º Os CONSORCIADOS poderão exigir, a qualquer tempo, que o CONSORCIO forneça informações complementares e apresente o detalhamento de tópicos constantes dos relatórios.
- § 2º Caberá ao CONSORCIO fornecer informações e certidões solicitadas por cidadãos, organizações de sociedade civil e pelos CONSORCIADOS.
- § 3º Caberá ao CONSORCIO a publicação oficial do relatório de Gestão da Unidade e Relatório elaborado pela Comissão Técnica de Avaliação, através dos meios regulamentados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência indeterminada.

PARÁGRAFO ÚNICO – A repactuação, parcial ou total deste CONTRATO, formalizada mediante Termo Aditivo será, necessariamente, precedida de deliberação em Assembleia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido mediante acordo entre as partes ou unilateralmente pelos CONSORCIADOS, sem prejuízo das medidas legais cabíveis, respeitado o procedimento legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

O presente instrumento será publicado, através de extrato, na imprensa oficial, dentro do prazo previsto na legislação em vigor para que produza seus efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas, controvérsias, excessos e/ou omissões deste Contrato, os partícipes elegem Tribunal de Justiça da Bahia, renunciando a quaisquer outros

E, por estarem justas e acordadas, firmam as partes, o presente CONTRATO DE PROGRAMA, em duas vias de igual teor e forma, para os devidos fins de direito.

8	Serrinha - BA,	de	de 2021
	G	overnador	
	_		
	Secretário da Sa	aúde do Estad	lo da Bahia
	Presidente do Cons	órcio Público l	Interfederativo
	de Saúde d	la Região de S	Serrinha
MARIA BETIVANI			AILSON LIMA FERREIRA
Município de Ara	ICI	Municip	oio de Barrocas
GILMARIO SOUZ			LO PASSOS DE ARAUJO
Município de Bir	itinga	Municíp	oio de Conceição do Coité
	MASCENO E SANTOS		LUZINEIDE C. SILVA DE ARAÚJO
Município de Eu	clides da Cunha	Municíp	oio de Lamarão
SILVANIA SILVA			TON CAVALCANTI DE GOIS
Município de Mo	nte Santo	Municíp	pio de Quijingue
ALIVANALDO MA	ARTINS DOS SANTOS	ARISMA	ÁRIO BARBOSA JÚNIOR
Município de Re	tirolândia	Municíp	pio de Santaluz
ILARIO A. NETO	RIOS CARNEIRO	ADRIAN	NO SILVA LIMA
Município de Sã	o Domingos	Municíp	pio de Serrinha
HIGO MOURA M	EDEIROS	UBALD	INO AMARAL DE OLIVEIRA
Município de Te			pio de Valente

	CAPACIDADE DE	PRODUÇÃO ANUAL (REFERÊNCIA: CARGA HORÁRIA DE	20H)	2.640	3.300	2.640	3.300	3.080	3.300	1.760	3,300	3.300	3.080	3.300	Total: 32.450
OR FAIXA	NÍVEL 6	REGIÕES COM POPULAÇÃO DE 750.001- 850.000 HABITANTES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	40H	40H	40H	20H	40H	20H	40H	40H	40H	40H	40H	-400H
OLICLÍNICA, P	NÍVEL 5	REGIÕES COM POPULAÇÃO DE 650.001 - 750.000 HABITANTES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	20H	40H	40H	20H	40H	20H	40H	40H	H04	40H	40H	380H
ANEXO I: PROFISSIONAIS DEFINIDOS PELO PROGRAMA E SUA CAPACIDADE DE CARGA HORÁRIA PARA A POLICLÍNICA, POR FAIXA POPULACIONAL	NÍVEL 4	REGIÕES COM POPULAÇÃO DE 550.001 - 650.000 HABITANTES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	20H	40H	40H	20Н	40H	20H	40H	40H	40H	40H	40H	-380H
E SUA CAPACIDA POPULACIONAL	NÍVEL 3	REGIÕES COM POPULAÇÃO DE 450.001 - 550.000 HABITANTES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	20H	40H	20H	20H	40H	20H	20H	40H	20H	40H	20H	300H
PROGRAMA	NÍVEL 2	REGIÕES COM POPULAÇÃO DE 350.001 - 450.000 HABITANTES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	20H	40H	20H	20H	40H	20H	20H	40H	Z0H	40H	20H	300H
AIS DEFINIDOS PELO	NÍVEL 1	REGIÕES COM POPULAÇÃO DE ATÉ 350.000 HABITANTES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	20H	20H	20H	20H	20H	20H	20H	20H	20H	20H	20H	220H
ANEXO I: PROFISSION	NÍVEIS DE POLICLÍNICA	PROFISSIONAIS	CARDÁPIO BÁSICO	Médico Angiologista	Médico Cardiologista Clínico	Médico Endocrinología E Metabología	Médico Gastroenterologista Clínico	Médico Ginecologia E Obstetrícia	Médico Mastologista	Médico Neurologista	Médico Oftalmologista	Médico Ortopedia E Traumatologia	Médico Otorrinolaringologista	Médico Urologista	CARGA HORÁRIA TOTAL CARDÁPIO BÁSICO
<u> </u>	Ž				SAG	JASIJA!	ESPEC	SAT.	ากร	NO	O /S	OOIC	MÉI	ş,	

	CADASTRO DE RESERVA			CAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL			
	Medico Coloproctologista							1.600
	Médico Dermatologista							3.300
	Médico Hematologia E Hemoterapia							2.640
	Médico Infectologista							2.640
	Médico Nefrologista				180H			2.640
	Médico Neuropediatra							1.760
	Médico Pediatra							1.760
	Médico Pneumologista							3.300
	Médico Reumatologista							2.640
	CARGA HORÁRIA TOTAL CADASTRO DE RESERVA				180H			
Z	NÍVEIS DE POLICLÍNICA	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5	NÍVEL 6	Total: 20.680
вотиз	MÉDICOS P/ EXAMES E PROCEDIMENTOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
MIC	∢	20H	20H	20H	20H	20H	40H	3.300
SOCE		20H	20H	20H	40H	40H	40H	1.774
Id 3 8	Médico Ginecologista (Histeroscopia)	20H	20H	20H	20H	20H	20H	308
SHME	Médico Cardiologista (Ergometria)	20H	20H	20H	20H	20H	H02	1.760
KA EX	Médico Neurologista (Eletroneuromiografia)	20H	20H	20H	20H	20H	20H	1.760
A ⁱ q 800	Médico Pneumologista (Espirometria)	20H	20H	20H	20H	20H	20H	650
WĘDI	Médico Cirurgião Geral	20H	20H	20H	20H	20H	20H	2.200

																	_		
CAPACIDADE PRODUÇÃO ANUAL	Total: 37.038	5.500	1	1.760	3.630	3.630	3.300	848	1.760	3.520	2.640	1.760	1.760		Total: 18.968	•	726	2.640	3.850
ADE PRODU		13	2	1	2	4	2	15	-	1	1	3	1	Quantidade	300Н	40H	20H	20H	40H
CAPACID		12	2	1	2	4	4	41	-	1	1	3	1	Quantidade	280H	40H	Z0H	20H	40H
QUANTIDADE DE EQUIPAME		12	2	1	2	4	4	14	_		1	8	ļ	Quantidade	280H	40H	20H	20H	40H
	46	12	2	1	2	4	4	14		-	-	3	1	Quantidade	240H	20H	20H	20H	40H
	46	12	2		2	4	4	14	-	-	-	3	1	Quantidade	240H	20H	Z0H	20H	40H
3	1 22	12	2	_	2	4	4	14	-	-	1	3	ļ	Quantidade	220Н	20H	20H	20H	40H
OCEDIMI	46	40H	40H	40H	20H	20H	20H	40H	40H	40H	40H	40H	30H	CARGA HORÁRIA	5	2	2	2	4
	JANTIDADE TOTAL NBALHADORES NÃO	Assistente Administrativo	Assessor Técnico	Ouvidor	Téc. de Radiologia (Densitometria óssea)	Téc. de Radiologia (Raio X e Mamografia)	(Tomografia + Ressonância)	Téc. de Enfermagem	Farmacêutico	Nutricionista	Psicólogo Clínico	Enfermeiro	Assistente Social	TRABALHADORES NÃO MÉDICOS	CARGA HORÁRIA TOTAL MÉDICOS P/ EXAMES E PROCEDIMENTOS	Médico Radiologista	Médico Colonoscopista	Médico Endoscopista	Médico Ultrassonografista
	요동				4A9T	3AHJA8	ове	ĀΝ	W O	īdā	ဝ၁	S							

Biópsias	•	330
Colonoscopia	10	099
Colposcopia	10	330
Densitometria Óssea	10	3.630
Ecocardiograma	10	1.760
Eletrocardiograma	02	6.600
Eletroencefalograma	01	1.760
Eletroneuromiografia	01	1.760
Endoscopia digestiva alta	01	1,320
Ergometria	02	3.520
Espirometria	01	650
Histeroscopia	01	308
Holter	10	3.520
Mamografia	01	6.600
MAPA	10	3.520
Radiografia	01	9.680
Ressonância Nuclear Magnética	01	4.400

Tratamento pé diabético/ curativos - Ultrassonografia Videolaringoscopia TOTAL DE DEOCEDIMENTOS/ EXAMES	Tomografia Computadorizada	8.800
	ativos -	1.320
	03	0.600
	0.1	550
	:XAMES 41	67.618

•

ANEXO II

INDICADORES E METAS DE PRODUÇÃO E RESULTADOS DO CONSÓRCIO

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	UN	FREQUÊNCIA DE COLETA	RESPONSÁVEL	META
Taxa de pacientes com acesso mensal aos procedimentos especializados através do sistema de regulação vigente.	Quantidade TOTAL de procedimentos realizados MÊS/ Quantidade TOTAL de agendamentos através do sistema de regulação vigente Mês* 100.	%	Trimestral	POLICLÍNICA	100
Taxa de oferta de consultas médicas especializadas contratadas.	Quantidade de consultas médicas especializadas ofertadas Mês /Total de consultas médicas pactuadas Mês*100.	%	Trimestral	POLICLÍNICA	100
Taxa de exames ofertados em relação aos serviços pactuados	Quantidade de serviços ofertados / Quantidade de serviços pactuados Mês*100.	%	Trimestral	POLICLINICA	100
Taxa de consultas médicas especializadas executadas em relação as agendadas	Quantidade de consultas médicas especializadas executadas/ Total de consultas médicas agendadas Mês*100	%	Trimestral	POLICLÍNICA	100
Taxa de exames executados em relação aos agendados	Quantidade de exames executados/ Total de exames agendados Mês*100	%	Trimestral	POLICLÍNICA	100
Taxa de consultas médicas especializadas executadas em relação às ofertadas	Quantidade de consultas médicas especializadas executadas/ Total de consultas médicas ofertadas Mês*100	%	Trimestral	POLICLÍNICA	100
Taxa de exames executados em relação aos ofertados	Quantidade de exames executados/ Total de exames ofertados Mês*100	%	Trimestral	POLICLÍNICA	100

ANEXO III

SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO CONTRATO E METAS E INDICADORES DE RESULTADOS

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	UN	FREQUÊNCIA DE COLETA	RESPONSÁVEL	META
Pesquisas de satisfação dos profissionais da Unidade, acerca do clima organizacional	Relatório consolidado com análise e proposições sobre as pesquisas de satisfação dos profissionais da Unidade, acerca do clima organizacional.	Relatório	Semestral	POLICLÍNICA	02
Pesquisa de satisfação do usuário acerca dos serviços prestados pela	Relatório consolidado com análise e proposições sobre as Pesquisa de satisfação do usuário acerca dos serviços prestados pela unidade.	Relatório	Semestral	POLICLÍNICA	02
Taxas de absenteísmo dos funcionários	Quantidade de horas de funcionários faltoso na Unidade / Total da carga horária dos Funcionários da Unidade.	% Menor que	Mensal	POLICLÍNICA	10
Sistemas de Informação Oficiais implantados e alimentados conforme normas e prazos determinados.	Número de Sistema de Informação Oficiais implantado e alimentados conforme normas e prazos determinados * 100 / Total de Sistemas de Informação Oficiais definidos pela Secretaria de Saúde	%	Trimestral	POLICLÍNICA	100

PRODUTIVIDADE E QUALIDADE

1. AVALIAÇÃO DAS METAS

ATENDIMENTO AMBULATORIAL

- **META 1:** Estima-se que o CONSÓRCIO deverá ofertar uma média mensal de 4.830 atendimentos Ambulatoriais de consultas nas especialidades médicas/mês com carga horária de 20h semanais, conforme definido no ANEXO I.
- **META 2**: Os CONSORCIADOS (Municípios) deverão agendar via regulação uma média mensal de 4.830 consultas nas especialidades definidas, conforme ANEXO I.
- META 3: Estima-se que o CONSÓRCIO deverá ofertar uma média mensal de 6.147 distribuídos entre pequenos procedimentos, curativos, exames de imagem e gráficos conforme definido no ANEXO I.
- **META 4**: Os CONSORCIADOS (Municípios) deverão agendar via regulação uma média de 6.147 pequenos procedimentos, curativos, exames de imagem e gráficos, conforme definido no ANEXO I.

PROGRAMA DE QUALIDADE

META 5: O CONSORCIO deverá manter o Escritório Interno de Qualidade, com fins de desenvolvimento das atividades pró-acreditação.

AVALIAÇÃO DE INDICADORES

META 6: Estima-se que o CONSÓRCIO deverá apresentar Trimestralmente os resultados dos indicadores conforme especificados no ANEXO II.

2. AVALIAÇÃO DO RESULTADO OBTIDO PELAS METAS

2.1. A nota atribuída ao indicador PRODUÇÃO será calculada pela relação percentual entre o valor esperado e o valor obtido e deverá culminar na distribuição conceitual abaixo:

RESULTADO OBTIDO DA META	CONCEITO
> 95% até 100%	A – MUITO BOM
> 85% até 94%	В – ВОМ
> 75% até 84%	C – REGULAR
> 75%	D - INSUFICIENTE

CONTRATO DE RATEIO nº 01/2021

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA, O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE E OS MUNICÍPIOS DE: ARACI, BARROCAS, BIRITINGA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, EUCLIDES DA CUNHA, LAMARÃO, MONTE SANTO, QUIJINGE, RETIROLÂNDIA, SANTALUZ, SÃO DOMINGOS, SERRINHA, TEOFILÂNDIA e VALENTE.

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 38.247.590/0001-24, com sede na Rua Campos Filho, nº 140, - Centro, CEP 48.700-00, neste ato representado neste ato, por seu Presidente, Sr. Prefeito LUCIANO PINHEIRO DAMASCENO E SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 013.979.545-66 e o ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, com sede na Avenida Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, nº 390, Ala Sul, 3º andar, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - Bahia, doravante denominado simplesmente ESTADO, representado, neste ato, pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, RUI COSTA, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.131/0001-41, situada na Avenida Luiz Viana Filho, nº 400, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - Bahia, representada, neste ato, por seu Secretário, Sr. Fábio Vilas-Boas Pinto, e os municípios de: ARACI - CNPJ sob o nº 14.232.086/0001-92, Sra. Prefeita MARIA BETIVANIA LIMA DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 742.623.005-87; BARROCAS - CNPJ sob o nº 04.216.287/0001-42, representado pela Sr. Prefeito JOSÉ JAILSON LIMA FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 864.660.035-15; BIRITINGA - CNPJ sob o nº 13.855.558/0001-39, representado pelo Sr. Prefeito GILMARIO SOUZA DE OLIVEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 618.833.285-00; CONCEIÇÃO DO COITÉ - CNPJ n° 13.843.842/0001-57, representado pelo Sr. Prefeito MARCELO PASSOS DE ARAUJO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 473.129.985-34; EUCLIDES DA CUNHA - CNPJ sob o nº 13.698.774/0001-80, representado pelo Sr. Prefeito LUCIANO PINHEIRO DAMASCENO E SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 013.979.545-66; LAMARÃO - CNPJ nº nº 13.844.071/0001-12, representado pelo Sra. Prefeita MARIA LUZINEIDE COSTA SILVA DE ARAÚJO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 717.425.495-00; MONTE SANTO -CNPJ nº 13.698.766/0001-33, representado pelo Sr. Prefeito SILVANIA SILVA MATOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 622.420.755-00; QUIJINGUE - CNPJ nº 13.689.782/0001-33, representado pelo Sr. Prefeito WELINGTON CAVALCANTI DE GÓIS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 283.681.55-15, **RETIROLÂNDIA** - CNPJ nº 13.844.220/0001-43, representado pelo Sr. Prefeito ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 687.260.235-04, SANTALUZ - CNPJ nº 13.807.870/0001-19, representado pelo Sr. Prefeito ARISMÁRIO BARBOSA JÚNIOR, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 016.549.665-76, SÃO DOMINGOS - CNPJ 16.435.547/0001/50, representado pelo Sr. Prefeito ILARIO ANTONIO NETO RIOS CARNEIRO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 633,846,395-53. SERRINHA - CNPJ 13,845,086/0001-03, representado pelo Sr. Prefeito ADRIANO SILVA LIMA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 912.972.575-53, TEOFILÂNDIA - CNPJ 13.845.466/0001-30, representado pelo Sr. Prefeito HIGO MOURA MEDEIROS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 005.390.835-00, VALENTE - CNPJ 13.845.896/0001-51, representado pelo Sr. Prefeito UBALDINO AMARAL DE OLIVEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 086.097.645-91, resolvem celebrar o presente contrato de rateio, nos termos que passa a dispor.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente CONTRATO DE RATEIO tem como fundamento o art. 8º da Lei Federal nº 11.107/05 de 6 de abril de 2005, e art. 13 e ss. do Decreto Federal nº 6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; no artigo 12 da Lei Estadual n.º 13.374, de 22 de setembro de 2015, bem como nos demais dispositivos e normativos pertinentes à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO DE RATEIO a definição dos valores, regras e critérios de participação financeira dos contratantes para o exercício financeiro 2021, na cobertura das despesas operacionais das atividades pertinentes a administração da SEDE do CONSÓRCIO, à manutenção e gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE incluindo neste as despesas referentes ao custeio do transporte sanitário, para o funcionamento CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA, na forma prevista na Clausula Décima do Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consorcio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes de execução deste Contrato correrão à conta de dotações consignadas nas leis orçamentárias de todos os entes consorciados.

Parágrafo Único – Os consorciados signatários atestam, sob as penas da lei, que nos seus respectivos orçamentos há dotações suficientes à cobertura das despesas decorrente deste contrato, conforme previsto no artigo 9º da Lei n.º 13.374, de 22 de setembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RECEITAS

CLÁUSULA 4.1 - DOS REPASSES

Os custos mensais para cobertura das despesas operacionais das atividades pertinentes a administração da SEDE do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA no exercício de 2021 estão fixados em R\$ 47.000,00(Quarenta e sete mil reais), e a gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE em R\$ 859.000,00 (Oitocentos, cinquenta e nove mil reais), totalizando em R\$ 906.000,00 (Novecentos e seis mil reais), distribuídos conforme tabela abaixo:

Código		RATEIO SEDE	RATEIO POLICLINICA	TOTAL GERAL		
Orçamentário e Contábil	Descriminação da Natureza da Despesa	Valor Mensal (R\$)	Valor Mensal (R\$)	MENSAL (R\$)		
31 71 7000	Pessoal e Encargos Sociais	29.898,75	554.626,70	584.525,45		
33 71 7000	Despesas de Custeio	17.101,25	304.373,30	329.474,55		
44 71 7000 *	Despesas de Investimento	0,00	0,00	0,00		
тс	TAL MENSAL (R\$)	47.000,00	859.000,00	906.000,00		

^{*} Valor a ser utilizado dentro do limite indicado no parágrafo sexto

Parágrafo Primeiro – O rateio das despesas, bem como as cotas mensais referentes a cada um dos itens entre os entes consorciados será feito conforme o ANEXO I deste Contrato

Parágrafo Segundo — O Consórcio deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação funcional, programática, por natureza de despesa e por fonte / destinação de recursos.

Parágrafo Terceiro— Os entes consorciados efetuarão em suas contabilidades o registro das informações do Consórcio necessárias à consolidação de demonstrativos fiscais. Para tanto, o Consórcio deverá encaminhar mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente, para os entes consorciados, as informações sobre a execução das despesas por grupo de natureza de despesa, função e subfunção.

Parágrafo Quarto — Para elaboração dos demonstrativos previsto na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal, os entes consorciados computarão as despesas executadas na modalidade de aplicação referente às transferências efetuadas, observando a metodologia de elaboração estabelecida pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo Quinto – Caso o consórcio não encaminhe as contas dentro do prazo estabelecido no parágrafo terceiro deste artigo, as apurações nos demonstrativos ocorrerão da seguinte forma: I)Todo o valor transferido pelo ente consorciado para pagamento de pessoal entrará na despesa bruta com pessoal ativo do Ente consorciado;

II) Nenhum valor transferido pelo ente consorciado para pagamento de despesas com saúde será computado para os limites nos demonstrativos.

Parágrafo Sexto – O Consorcio poderá realizar aquisição de equipamentos para ampliação e modernização da prestação de serviços e da gestão, desde que o recurso financeiro seja transferido previamente pelos entes consorciados, após aprovação em Assembleia Geral.

Parágrafo Sétimo – O remanejamento da natureza da despesa que trata o parágrafo anterior deverá ser precedido de estudo técnico contábil, respeitado o limite de até 10% do valor global do presente Contrato de Rateio.

Parágrafo Oitavo – Para fins de registro contábil orçamentário pelos entes consorciados fica demonstradonos Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, com os valores atribuídos a cada ente consorciado, indicando o valor mensal e anual conforme o ANEXO II para despesas operacionais das atividades pertinentes a administração da SEDE do CONSÓRCIO e ANEXO III para despesas de manutenção e gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE deste Contrato.

Parágrafo Nono – Apurado superávit financeiro no exercício anterior, devidamente evidenciado no Balanço Patrimonial do Consorcio e demonstrado noQuadro do Superávit Financeiro nos termos do MCASP,sua utilização fica condicionada à aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos em Assembleia Gerale vinculado a natureza da despesa de origem, com manifestação prévia do Conselho Fiscal, e a execução mediante abertura de crédito adicional suplementar e/ou especial em observância aos requisitos dispostos no Artigo 43 da Lei 4.320/64, ao Parágrafo Único do Artigo 8º da Lei Complementar 101/00

CLÁUSULA 4.2 - DOS TRIBUTOS

Os tributos recolhidos pelo Consorcio serão distribuídos da seguinte forma:

I - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISS fruto do objeto deste contrato será devido ao MUNICÍPIO onde for prestado o serviço, de fato, conforme Lei Complementar nº 116/2003.

II - O Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF será retido pelo presente Consórcio, contabilizados como receita própria e as informações financeiras respectivas deverão ser prestadas a todos entes consorciados para fins de consolidação em suas contas, nos termos do disposto Art. 17 do Decreto nº 6.017/2007.

CLÁUSULA QUINTA - DO VENCIMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Os entes consorciados devem integralizar suas cotas mensais até o quinto dia útil de cada mês.

Parágrafo Primeiro - O pagamento das obrigações para cobertura do custeio do Consórcio de que trata o presente contrato de rateio será realizado pelos Municípios mediante a transferência de cotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, do qual é depositário o BANCO DO BRASIL S/A.

Parágrafo Segundo - Para efetivação dos pagamentos estabelecidos neste contrato, os MUNICÍPIOS aderem ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o CONSÓRCIO e o BANCO DO BRASIL S/A, conforme TERMO DE ADESÃO que faz parte integrante deste instrumento, pelo que fica expressamente autorizado pelos MUNICÍPIOS o BANCO DO BRASIL S/A, em caráter irrevogável e irretratável,a debitar nas contas corrente onde são depositados os créditos referentes ao rateio do ICMS, quando do crédito da primeira cota mensal, ou nas subsequentes caso o valor da primeira cota seja insuficiente,os valores necessários à quitação das parcelas, nos seus respectivos vencimentos.

Parágrafo Terceiro – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para o pagamento a que se refere esta cláusula, nos termos do §1º, do artigo 60, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, devendo, contudo, os entes consorciados efetuarem as devidas regularizações orçamentárias e contábeis, observadas as classificações constantes nos Anexo II e Anexo III deste Contrato de Rateio.

Parágrafo Quarto - Caso, durante a vigência deste contrato, o BANCO DO BRASIL S/A deixe de ser o depositário das cotas do ICMS, os MUNICÍPIOS se obrigam a aditarem o presente instrumento, atribuindo à nova instituição depositária das cotas do ICMS as atribuições do BANCO do BRASIL S/A.

Parágrafo Quinto - Fica desde já certo e ajustado que na hipótese de qualquer reforma tributária que implique extinção das cotas do ICMS repassadas ao CONSÓRCIO, serão as mesmas substituídas, para os mesmos efeitos, pelos recursos financeiros ou cotas que se criarem em sua substituição.

Parágrafo Sexto - Para fins dosrepasses financeiros previsto nesta cláusula, os MUNICÍPIOS comprometem-se a confirmar a autorização através do Termo de Adesão ao DÉBITO AUTOMÁTICO (DBT), adotando as medidas previstas para tanto na Cláusula 6ª do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o CONSÓRCIO e o BANCO DO BRASIL S/A.

Parágrafo Sétimo – O Estado poderá condicionar a entrega de recursos aos municípios inadimplentes com o CONSORCIO à transferência dos repasses financeiros previstos neste contrato, conforme parágrafo único do Art. 160 da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEXTA: DOS APORTES DO ESTADO

O Estado da Bahia compromete-se a, mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês, efetuar o pagamento ao Consórcio das obrigações assumidas por força deste contrato.

Parágrafo Primeiro— Para garantia e como meio de efetivo pagamento da obrigação financeira decorrente deste contrato, o Estado da Bahia cede e transfere ao Consórcio, em caráter irrevogável

e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo "pro solvendo", e nos exatos valores que se tornarem exigíveis nos termos deste contrato, os créditos que se façam na sua conta de depósitos junto ao Banco do Brasil S/A, provenientes das quotas do Fundo de Participação dos Estados – FPE.

Parágrafo Segundo— Verificada a inadimplência do Estado no cumprimento das disposições do caput, o Consórcio pode, imediatamente, acionar o Banco do Brasil S/A, para efetivação das disposições do parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro – Para dar efetividade às disposições do parágrafo anterior, o Estado também adere ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de que trata o parágrafo segundo da cláusula quinta deste contrato, firmando o respectivo termo de adesão.

Parágrafo Quarto —. Para fins dos repasses financeiros previsto nesta cláusula, o ESTADO efetuará seus pagamentos da seguinte forma: as despesas operacionais pertinentes as atividades da administração da SEDE do CONSÓRCIO pela Unidade Gestora: 19.601.0003 e para as despesas de manutenção e gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE na Unidade Gestora: 19.601.0083.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES, ADITIVOS EDISTRATOS.

As transferências financeiras na forma deste contrato são de caráter irrevogável até o seu cumprimento total, salvo mediante Distrato/Rescisão deste Contrato, obrigatoriamente, com anuência em Assembleia Geral, ficando assegurada a manutenção do equilíbrio financeiro desse Contrato.

Parágrafo Único — Quaisquer alterações não serão permitidas nem promovidas, salvo mediante "Termo Aditivo" e/ou outro documento que o substitua, obrigatoriamente, com aprovação da Assembleia Geral, ficando assegurado a manutenção do equilíbrio financeiro do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSÓRCIADOS

São obrigações dos entes consorciados:

- I Repassar recursos financeiros ao CONTRATADO conforme os valores estabelecidos no presente CONTRATO DE RATEIO;
- II Exigir o pleno cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO DE RATEIO, quando na condição de adimplente;
- III Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do Consorcio:

- I- Aplicar os recursos oriundos do presente CONTRATO DE RATEIO observadas as normas da contabilidade pública;
- II Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas:
- III Informar mensalmente a todos os consorciados o saldo bancárioe as despesas realizadas com os recursos repassadosno presente CONTRATO DE RATEIO;
- IV —Aplicar os recursos financeiros repassados ao CONSÓRCIO em fundos de aplicação financeira de curto prazo, enquanto não empregados na sua finalidade, devendo os resultados serem utilizados integralmente no objeto desseContrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

Para os efeitos deste CONTRATO DE RATEIO, a vigência será adstrita ao exercício financeiro 2021 e seu prazo não será superior ao das dotações que o suportam, em estrita observância a legislação orçamentária e financeira de cada ente consorciado contratante.

CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA.

Parágrafo Único — Os CONSORCIADOSterão, isolada ou conjuntamente, livre acesso ao CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA, para o acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula, cabendo ao Presidente fornecer todas as informações e documentos necessários ao bom andamento dos trabalhos.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO Para dirimir eventuais dúvidas, controvérsias, excessos e/ou omissões deste Contrato de Rateio, os partícipes elegem Tribunal de Justiça da Bahia, renunciando a quaisquer outros.

E por estarem de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, assinam o presente CONTRATO DE RATEIO em 02 vias de igual teor e forma, para os devidos fins de direito que, depois de lido e assinado pelas partes e pelas testemunhas, será publicado seu extrato no Diário Oficial do Estado da Bahia para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Serrinha - BA, de

de 2021

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA

GILMARIO SOUZA DE OLIVEIRA Município de Biritinga

MARCELO PASSOS DE ARAUJO Município de Conceição do Coité

LUCIANO PINHEIRO DAMASCENO E SANTOS Município de Euclides da Cunha

MARIA LUZINEIDE COSTA SILVA DE ARAUJO

Município de Lamarão

SILVANIA SILVA MATOS Município de Monte Santo WELINGTON CAVALCANTI DE GÓIS

Município de Quijingue

ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS

Município de Retirolândia

ARISMÁRIO BARBOSA JÚNIOR Município de Santaluz

ILARIO ANTONIO NETO RIOS CARNEIRO Município de São Domingos ADRIANO SILVA LIMA Município de Serrinha

HIGO MOURA MEDEIROS Município de Teofilândia

UBALDINO AMARAL DE OLIVEIRA Município de Valente



Documento assinado eletronicamente por MARCELO PASSOS DE ARAUJO, Usuário Externo, em 25/06/2021, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014</u>.



Documento assinado eletronicamente por Weligton Cavalcante de Gois, Representante Legal da Empresa, em 28/06/2021, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por Luciano Pinheiro Damasceno e Santos, Representante Legal da Empresa, em 28/06/2021, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014</u>.



Documento assinado eletronicamente por MARIA LUZINEIDE COSTA SILVA DE ARAÚJIO, Usuário Externo, em 28/06/2021, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Alivanaldo Martins dos Santos**, **Prefeito**, em 28/06/2021, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805</u>, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por Maria Betivania Lima da Silva, Usuário Externo, em 29/06/2021, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Arismário Barbosa Junior**, **Usuário Externo**, em 29/06/2021, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto</u> nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Silvana Silva Matos**, **Usuário Externo**, em 01/07/2021, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805</u>, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por José Jailson Lima Ferreira, Usuário Externo, em 13/07/2021, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014</u>.



Documento assinado eletronicamente por **GILMARIO SOUZA DE OLIVEIRA**, **Usuário Externo**, em 13/07/2021, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ilário Antônio Neto Rios Carneiro, Usuário Externo,** em 15/07/2021, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **UBALDINO AMARAL DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 29/07/2021, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014</u>.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO SILVA LIMA**, **Usuário Externo**, em 03/08/2021, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805</u>, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Higo Moura Medeiros**, **Usuário Externo**, em 09/08/2021, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Luiz Dos Anjos Portela, Coordenador**, em 09/08/2021, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Paim Xavier Carvalho, Subsecretário,** em 12/08/2021, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao a cesso externo=0, informando o código verificador 00032100615 e o código CRC 65E4845A.

Referência: Processo nº 019.0839.2021.0078468-36

SEI nº 00032100615

ANEXO I - CONSOLIDADO DOS RATEIOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SAÚDE DE SERRINHA EXERCÍCIO 2021

		EVERGICIO 202	170			
			1502 %09	60% CUSTEIO DA POLICLINICA & SEDE	A & SEDE	
CIAJUNIM	POPULAÇÃO	TOTAL RATEIO	TOTA! RATEIO	CUSTO MÉDIO	CUSTO MÉDIO	PER CADITA DO
	2020	MENSAL POLICLINICA	MENSAL SEDE	MENSAL POR MUNICÍPIO	ANUAL POR MUNICÍPIO	CONSORCIO
1 ARACI	54.648	57.079,82	3.123,11	60.202,93	722.435,13	
2 BARROCAS	16.105	16.821,67	65,026	17.742,06	212.904,73	
3 BIRITINGA	15.984	16.695,28	913,48	17.608,76	211.305,14	
4 CONCEIÇÃO DO COITÉ	67.013	69.995,06	3.829,76	73.824,82	885.897,84	
5 EUCLIDES DA CUNHA	60.858	63.566,16	3.478,01	67.044,17	804.530,03	
6 LAMARÃO	8.191	8,555,50	468,11	9.023,61	108,283,31	
7 MONTE SANTO	49.278	51.470,85	2.816,22	54.287,07	651.444,85	4
8 QUIJINGUE	27.626	28.855,35	1.578,81	30.434,16	365.209,94). 1.
9 RETIROLÂNDIA	14,495	15.140,02	828,38	15.968,41	191.620,87	
10 SANTALUZ	37.531	39.201,12	2.144,88	41.346,00	496.151,97	
11 SÃO DOMINGOS	9.072	9.475,70	518,46	9.994,16	119.929,94	
12 SERRINHA	81.286	84.903,20	4.645,46	89.548,66	1.074.583,91	
13 TEOFILÂNDIA	22.555	23.558,69	1.289,01	24.847,70	298.172,38	
14 VALENTE	28.800	30.081,59	1.645,91	31.727,50	380.729,97	
TOTAL	493.442	515,400,00	28.200,00	543,600,00	6.523.200,00	
RATE	RATEIO DO CUSTEIO DA		POLICLÍNICA DA REGIÃO DE SAÚDE SERRINHA	IDE SERRINHA		

INTERIOR OF THE SECTION OF THE SAUDE SERVINIA	A CEICEMICA D	אורכושם הריסשו	JUL SENIMITA			
FONTE	RATEIO MENSAL POLICLINICA	RATEIO MENSAL RATEIO MENSAL SEDE ROLICLINICA + SEDE SEDE RATEIO MENSAL	TOTAL POLICLINICA + SEDE RATEIO MENSAL	TOTAL POLICLINICA + SEDE RATEIO ANUAL		
Tesouro Estadual (40%)	343.600,00	18.800,00	362.400,00	4.348.800,00		<u> </u>
Tesouro Municipal (60%)	515.400,00	28.200,00	543.600,00	6.523.200,00	3 3 3	,t
TOTAL	859.000,00	47.000,00	906.000,00	906.000,00 10.872.000,00	h	· ·

ANEXO II - CRONOGRAMA FINANCEIRO REFERENTE COTA RATEIO POLICLINICA 2021 SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA - QDD 2021 POR ENTE CONSORCIADO

						CONTRA	TO RATE	TRATO RATEIO SEDE 2021	021						
	Descrição	Natureza da	Jan	Fev	Mar	ĄPĽ	Mai	Jun	PP.	Ago	Set	o et	Nov	Dez	Total Estado 2021
	ENTE CONSORCIADO	Despesa	•	3	•	,		,	1	18.800,00	18,800,00	18.800,00	18.800,00	18,800,00	94.000,00
	TOTAL ESTADO	3,1,71,70	,	'	'	,	•			11,959,50	11.959,50	11,959,50	11,959,50	11.959,50	59.797,50
		3.3.71.70		1		•	•	•	•	6,840,50	6,840,50	6,840,50	6.840,50	6.840,50	34.202,50
	Descrição	Natureza da	Jan	Fav	Mar	Abr	Wai	unr	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Geral Municipio 2021
J	ENTE CONSORCIADO	Despesa	•	•	,	,	•		•	28,200,00	28.200,00	28,200,00	28,200,00	28.200,00	141,000,00
	Oldicinim istor	3.1.71.70	ı	•	,	,	r	•	-	17.939,25	17.939,25	17.939,25	17,939,25	17.939,25	89,696,30
		3.3,71,70	•	•	•	•	•	1	•	10.260,75	10.260,75	10.250,75	10.260,75	10.260,75	51,303,75
	TOTAL GERAL DOS ENTES CONSORCIADOS	HDOS	•	ė	•	,		,	ı	47,000,00	47.000,00	47.000,00	47.000,00	47.000,00	235.000,00
	CRONOG	CRONOGRAMA FINANCEIRO - COTA RATEIO 2021 SEGUNDO	ICEIRO - C	OTA RATE	O 2021 SEG	UNDO A CI	ASSIFICA	ÇÃO DA NA	TUREZA D	A CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA	•	UNICIPIOC	POR MUNICIPIO CONSORCIADO	OG OG	
	MUNICIPIO	Natureza de	Jan	Fev	War	Abr	Mal	ung	Jul	Ago	Sot				Total Municipio 2021
		Despesa	•	•	•		•		-	3.123,11	3.123,11	3.123,11		3.123,11	15.615,55
-	ARACI	3.1.71.70	•	1		-	•		1	1.986,75	1.986,75			1.986,75	9.933,73
1		Natureza da	Jan	Fav	Mar	Abr	Mai	, unf	· =	1.135,30	1.130,30	1.136,36	1.136,36 Note	1,136,36	5.681,82
	MUNICIPIO	Despesa	3		•	,	,	,	,	920,39	920,39	920,39	920,39	0,39	4.601.97
7	RARROCAS	3,1,71,70	1	•	•	•	1	•	1	585,50	585,50	585,50	585,50	585,50	2.927,51
╗	Coomico	3.3.71.70	-	-	•	•		-	ŧ	334,89	334,89	334,89	334,89	334,89	1.674,46
	MUNICÍPIO	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sert	Ont	Nov		Total Municipio 2021
\perp		Despess	•	<u> </u>		•	•		,	913,48	913,48	913,48	913,48		4,567,39
ო	BIRITINGA	3.3.71.70	<u>, ,</u>	٠,			, .		- -	33238	130 48	581,10	581,10	581,10	2,905,52
1	Codyca in the	Natureza da	Jan	FeV	Mar	Abr	· Mat	ung	Inf	Ago	Set	Out	Nov	-J:	Total Municipio 2021
	MUNICIPIO	Desposa	•	ì	-	•		-	-	3,829,76	3,829,78	3.829,76	3.829,76	9,76	19.148,82
4	CONCEICÃO DO COITÉ	3.1.71.70	1	1		٠	,	-		2,436,28	2,436,28	2.436,28		2.436,28	12.181,40
\dashv		3.3.71.70	·	•	<u>, [</u>	•		•	-	1,393,48	1.393,48	1.393,48	1,393,48	1,393,48	6,967,42
	MUNICIPIO	Naturoza da Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jac I	Ago	Set	Out	Nov		Total Municiplo 2021
H		3,1,71,70			,			, .		2.212.51	2.212.51	2.212.51	3.478,01	3,478,01	17.390,04
a	EUCLIDES DA CUNHA	3.3.71.70	-		•	•	•	٠		1 265,50	1,265,50	1,265,50	1.265,50	1.265,50	6.327,48
	MUNICIPIO	Natureza da	Jan	FeV	Маг	Abr	Mal	Jun	ĮΠΓ	Ago	Set	Out	Nov	_	Total Municipio 2021
_		Despesa	-	•	•		•		•	468,11	468,11	468,11	468,11	468,11	2,340,56
9	LAMARÃO	3.1.71.70		-	.[-	-	,	297,79	297,79	297,79	297,79	. 297,79	1.488,93
\dashv		3,3,71,70	1 1 1			١			,	170,33	170,33	170,33	170,33	8	851,63
	MUNICIPIO	Dosposa			,	,	nia i			2.816.22	2.816.22	2.846.22	2.846.22	Dez 7	Total Municipio 2021
-	MONTE CANTO	3.1.71.70		,	1	٠	•			1.791,52	1.791,52	1.791.52	1.791,52	1.791,52	8,957,59
-		3,3,71,70	1	1	1	,	-	٠		1.024,70	1.024,70	1.024,70	1.024,70	1.024,70	5.123,49
,	MUNICPIO	Naturoza da	Jan	Fe	Mar	T. Abr	ieM	Jun	105 <u>.</u> .	Ago	Set	. Out	Nov		Total Municipio 2021
ř.	は 1 日本 1 日	The Despession of the last	Company of the Party of the Par	Security and a security of the	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	an samme and the same builtings	Amelian to the N	THE SAME CONTRACTOR OF THE PERSON IN LAND CO.	10 " TO THE PERSON	** ** ** 1.578,84°			* 18,878,81		JAN 7. 1.894,07
ш	QUIIINGUE	3.1.71.70	1	1				,		1.004,35	1.004,35	1.004,35	1,004,35	1.004,35	5.021,76
+	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *	3,3.7 L.f.U	- ton	1	, , ,	, 174 V		1 27,500	-	5/4/0	5/4,46	5/4,46	574,46	574,46	2,872,31
,	MUNICÍPIO",	Naturate de	iller i	***************************************	India	Huss	, mail	V3 Lunio	10 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Ago,	301	Outper age.	Nov Bog 28	Dez: 1	Total Municiple 2021
H		3.1.71.70								526.97	526.97	526.97	526 97	526.07	2 624 95
5	RETIROLANDIA	3,3,71,70					1	,	.	301,41	301,41	301,41	301.41	301.41	1.507,06
*	MUNICÍPIO	Natureza da	₃¹ , dan,	FeV. Y.	"≿ . Mar	The State of the S	ác ∖sMai	Jun Jun	** \. dul. ' .	Agolesti.	-	· · · · Out - · · ·	-	T Dez. P. r. T.	Total Municipio 2021
(1)	The second secon	Despesa		Lide o Sp a skill tramming	4			徳東してい	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	2,144,88	-	Ti = 2.144,88	Н	2.144,88	10.724,40
Ē	SANTALLIZ	3.1.71.70	<u>'</u>	, 	•			,	•	1,364,45	1.364,45	1.364,45	1.364,45	1.364,45	6.822,26

L		Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	, o5∀	Set	ont	Nov	Dez	Total Municipio 2021
	MUNICIPIO	Despasa	•			,		,	٠	518,46	518,46	518,46	518,46	518,46	2,592,30
ļ,		3,1,71.70				1			-	329,82	329,82	329,82	329,82	329,82	1.649,08
=	SAU DOMINGOS	3,3,71,70	,			,	1	-		188,65	188,65	188,65	188,65	188,65	943,23
	411	Natureza da	Jan	Fov	Mar	Abr	Mai	սոր	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2021
	MUNICIPIO	Despesa	,	•	•	•	r	•		4.645,46	4.645,46	4.545,46	4.645,46	4,645,46	23,227,30
		3,1,71,70					'	,	,	2.955,18	2,955,18	2.955,18	2.955,18	2.955,18	14,775,90
<u> </u>	SERRINHA	3.3.71.70	٠		•		,		,	1.690,28	1.690,28	1.690,28	1.690,28	1.690,28	8,451,40
		Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	ויור	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2021
	MUNICIPIO	Despesa						,	•	1,289,01	1,289,01	1,289,01	1.289,01	1,289,01	6.445,04
L		3.1.71.70				-	•	,		819,99	819,99	819,99	819,99	819,99	4.099,97
2	TEOFILANDIA	3,3,71,70	,			-		•	-	469,01	469,01	469,01	469,01	469,01	2.345,07
		Natureza da	ПВГ	Fov	Mar	Abr	Mai	unr	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municiplo 2021
	, MUNICIPIO	Despesa			ŗ	,	•	,	•	1.645,91	1.545,91	1.645,91	1.645,91	1.645,91	8.229,54
<u> </u>		3.1.71.70	-		•		,	-	•	1.047,03	1.047.03	1.047,03	1.047,03	1.047,03	5.235,17
<u>+</u>	VALENIE	3,3,71,70	,	•		-	•	•	-	598,87	598,87	598,87	598,87	598,87	2.994,37

ANEXO II - CRONOGRAMA FINANCEIRO REFERENTE COTA RATEIO POLICLINICA 2021 SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA - QDD 2021 POR ENTE CONSORCIADO

Total Gerai Município 2021 2.061.600,00 1,331,104,10 887.402,72 1,374,400,00 486.997,28 730,495,92 3,436,000,00 Total Estado 2021 515.400,00 182.623,98 343,600,00 221,850,68 121.749,32 332.776,02 859.000,00 Dez Dez 859,000,00 343,600,00 221.850,68 121.749,32 515.400,00 332.776,02 182.623,98 Nov Nov 343,600,00 121.749,32 515.400,00 332.776,02 182 623,98 859,000,00 221.850,68 Out Out 515,400,00 182,623,98 121.749,32 343.600,00 221.850,68 332.776,02 859.000,00 Set Set Ago Ago Jel In CONTRATO RATEIO POLICLINICA 2021 3 팀 Fa. Mai ğΨ Abr Abr Mar 캶 Fev <u>.</u> Jan Jan Natureza da Despesa Natureza da Desposa 3.3.71.70 3,1,71,70 3.3.71.70 TOTAL GERAL DOS ENTES CONSORCIADOS ENTE CONSORCIADO ENTE CONSORCIADO TOTAL MUNICIPIO TOTAL ESTADO Descrição Descrição

CRONOG	CRONOGRAMA FINANCEIRO - COTA RATEIO 2021 SEGUND	JCEIRO - CC	TA RATEIC) 2021 SEG	UNDO A CL	ASSIFICAC	O A CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA	TUREZA D/	DESPESA	•	POR MUNICIPIO CONSORCIADO	NSORCIAD	_	
	Naturezo da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Inc	Ago	Set	ont	Nov	Dex	Total Municipio 2021
MUNICIPA	Despesa	•	,	•	•		1			57.079,82	57.079,82	57.079,82	57,079,82	228.319,27
_	3.1,71.70	-	•	-		•	-		•	36.854,47	36.854,47	36.854,47	36.854,47	147.417,88
ARACI	3,3,71,70		ı	•		-	•		-	20.225,35	20,225,35	20 225,35	20.225,35	80,901,38
	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mař	unr	ļπŗ	Ago	Set	Out	Nov	Daz	Total Municipio 2021
MUNICIPIO	Desposa	•	,	•		•		•	•	16,821,67	16.821,67	16,821,67	16.821,67	67.286,67
	3,1,71,70	•	-		ı	-		ı		10.861,17	10.861,17	10,861,17	10.861,17	43.444,68
2 BARROCAS	3.3.71.70		1			•	,	í	•	5.960,50	5.960,50	5.960,50	5,960,50	23.841,99
	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mal	Jun	Jul	oB∀	Set	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2021
MUNICIPIO	Daspasa	•	,	•	٠	•	•	•		16,695,28	16,695,28	16,695,28	16,695,28	66.781,13
	3,1,71,70	٠	,		-		r	-		10.779,57	10,779,57	10,779,57	10,779,57	43,118,27
3 BIRITINGA	3.3.71.70	-	•	-	,		-	1		5.915,71	5.915,71	5.915,71	5915,71	23.662,86
	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mal	Jun	Juc	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municiplo 2021
MUNICIPIO	Dospesa		1	-	,	*	•	,	•	69,395,06	69,995,06	69.995,06	69,995,06	279.980,22
	3.1,71.70	1	,		,	•	-	_	•	45.193,40	45,193,40	45,193,40	45.193,40	180,773,58
4 CONCEIÇÃO DO COLTE	3.3.71.70	-	•	,		-	•	•	-	24.801,66	24.801,66	24.801,66	24.801,66	99.206,64
	Natureza da	Jan	Fav	Mar	Abr	Mai	տրբ	Jul	Ago	Sot	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2021
MUNICIPIO	Despesa		٠	3	•	•	•			63,566,16	63.566,16	63.566,16	63,566,16	254,264,64
	3.1.71.70	•	1	•			٠	•	1	41.042,48	41.042,48	41.042,48	41.042,48	164,169,92
5 EUCLIDES DA CUNHA	3,3,71,70	•	1	,	ı	,	•	-		22,523,68	22.523,68	22.523,68	22,523,68	90.094,72
	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mal	սոր	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Fotal Municipio 2021
MUNICIPIO	Despesa	•			ŧ	•	*		-	8.555,50	8.555,50	8,555,50	8.555,50	34.221,99
	3.1.71.70				•	r	-	•	-	5.523,99	5.523,99	5,523,99	6.523,99	22.095,96
DAMAKAD	3,3,71,70	•	1			-	•	_	1	3.031,51	3.031,51	3,031,51	3.031,51	12.126,03
	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	unc	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2021
MUNICIPIO	Despesa	٠			I.		,	r	7	51,470,85	51,470,85	51.470,85	51.470,85	205.883,42
	3.1.71.70	-		•		1	•	•	_	33.232,96	33.232,96	33,232,96	33.232,96	132.931,83
MONIE SANIO	3,3,71,70		-	•		-	•	ı	-	18.237,90	18,237,90		18.237,90	72.951,59
	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	unf	- Jul	Ago	Set	_ out	Nov	Doz	Total Município 2021
Oldinini	- Despesa-	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	e - enchisteration	大田 できない 大田	Mc_rayka_actionsect >				The second second	28.855,35	28,855,35	28,855,35	28,855,35	
	3.1.71.70	-	•	-	-	•	•	1	•	18.630,90	18,630,90	18,630,90	18.630,90	74.523,61
8 COUNTINGUE	3,3,71.70	ı		1	,	٠	•	•	•	10.224,44	10.224,44	10.224,44	10.224,44	40.897,78
	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mal	urig ,	, INF	Ago Y	Set	, Oût	Nov	Dez	Total Municipio 2021
	Despesa	Congress of the same	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR			The state of the s	The state of the s		The second of the second		15.140,02			-60'290'09-
l	3.1.71.70	,		•		-	•	•	-	9.775,39	9.775,39	9.775,39	8.775,39	39.101,56
9 REJINOLANDIA	3.3.71.70	•	1	•		-	•	-	-	5.364,63	5.364,63	5,364,63	5.364,63	21.458,53
The land the land	Natureza da	«Jan,	Fov		A-1	. Wai	, Juni ,		. Age	Set, '.'	· .Out . *	Nov		Total Municipio 2021
MUNICIPAL TO THE PROPERTY OF THE PARTY OF TH]}	The state of	To the contract of	The second secon	The street of the second	The same of the	a manadayan da sa	hadden a geben ge ge	* " . " . "	_	35,175,39,201,12, ×	25,201,72 ···	2	156.804,47
	3.1.71.70	•	1		-	1	•	-	•	25.310,81	25,310,81	25.310,81	25.310,81	101.243,24
10 SANTALUZ	3.3,71.70	-		,	1	•	,	4	•	13.890,31	13.890,31	13.890,31	13,890,31	55,561,23

	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Inc	Ago	Set	Ont	Nov	Dez	Total Municipio 2021
MUNICIPIO	Despesa			•		an .	•	•		9,475,70	9,475,70	9.475.70	9.475,70	37.902,80
1	3.1.71.70			•			,		ı	6,118,13	6,118,13	6.118,13	6.118,13	24.472,53
11 SAO DOMINGOS	3.3.71.70	1		•	,			r	1	3,357,57	3.357,57	3,357,57	3.357,57	13.430,27
	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	301	Ago	Sef	ımo	Nov	Doz	Total Municipio 2021
MUNICIPIO	Despesa	3			٠			•	•	84,903,20	84,903,20	84.903,20	84.903,20	339,612,80
	3.1.71.70	-	•						1	54.819,07	54.819,07	54.819,07	54.819,07	219.276,28
12 SERRINHA	3.3.71.70	1	•			.		-	,	30.084,13	30.084,13	30.084,13	30.084,13	120.336,52
	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2021
MUNICIPIO	Despesa		-	•	,			•	•	23.558,69	23,558,69	23,558,69	23,558,69	94'52'46
	3.1.71.70			-			-	,		15.211,03	15.211,03	15.211.03	15.211,03	60.844,14
13 TEOFILANDIA	3,3,71,70	ı				ľ	,	•	•	8.347,66	8.347,66	8,347,66	8.347,66	33,390,62
> with a think	Natureza da	Jan	VeT	'aar	Abr	Mai	նու	Inf	Ago	Sot	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2021
MUNICIPIO	Despesa		•				•	•	•	30.081,59	30.081,59	30.081,59	30.081,59	120,326,36
	3.1.71.70	,	•			•	,	-		19,422,65	19,422,65	19.422,65	19.422,65	77.690,58
14 VALENTE	3.3.71.70						,	,		10,658,94	10,658,94	10,658,94	10.658,94	42,635,78

CONTRATO DE RATEIO nº 01/2022

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA, O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE E OS MUNICÍPIOS DE: ARACI, BARROCAS, BIRITINGA, CONCEIÇÃO DO COITÉ, EUCLIDES DA CUNHA, LAMARÃO, MONTE SANTO, QUIJINGE, RETIROLÂNDIA, SANTALUZ, SÃO DOMINGOS, SERRINHA, TEOFILÂNDIA e VALENTE.

O CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE SERRINHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 38.247.590/0001-24, com sede na Rua Campos Filho, nº 140, - Centro, Serrinha- BA, CEP 48.700-00, neste ato representado, por seu Presidente, Sr. Prefeito LUCIANO PINHEIRO DAMASCENO E SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 013.979.545-66 e o ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13,937.032/0001-60, com sede na Avenida Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, nº 390, Ala Sul, 3º andar, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - Bahia, doravante denominado simplesmente ESTADO, representado, neste ato, pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, RUI COSTA, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.131/0001-41, situada na Avenida Luiz Viana Filho, nº 400, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - Bahia, representada, neste ato, por sua Secretária em exercício, Sra. TEREZA CRISTINA PAIM XAVIER CARVALHO, e os municípios de: ARACI - CNPJ sob o nº 14.232.086/0001-92, Sra. Prefeita MARIA BETIVANIA LIMA DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 742.623.005-87; BARROCAS - CNPJ sob o nº 04.216.287/0001-42, representado pela Sr. Prefeito JOSÉ JAILSON LIMA FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 864.660.035-15; BIRITINGA - CNPJ sob o nº 13.835.558/0001-39, representado pelo Sr. Prefeito GILMARIO SOUZA DE OLIVEIRA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 618.833.285-00; CONCEIÇÃO DO COITÉ - CNPJ nº 13.843.842/0001-57, representado pelo Sr. Prefeito MARCELO PASSOS DE ARAUJO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 473.129.985-34; EUCLIDES DA CUNHA - CNPJ sob o nº 13.698.774/0001-80, representado pelo Sr. Prefeito LUCIANO PINHEIRO DAMASCENO E SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 013.979.545-66; LAMARÃO - CNPJ nº 13.844.071/0001-12, representado pelo Sra. Prefeita MARIA LUZINEIDE COSTA SILVA DE ARAÚJO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 717,425,495-00; MONTE SANTO - CNPJ nº 13.698.766/0001-33, representado pelo Sr. Prefeito SILVANIA SILVA MATOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 622.420.755-00; QUIJINGUE - CNPJ nº 13.698.782/0001-26, representado pelo Sr. Prefeito WELINGTON CAVALCANTI DE GÓIS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 283.681.505-15, RETIROLÂNDIA - CNPJ nº 13.844.220/0001-43, representado pelo Sr. Prefeito ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 687.260.235-04, SANTALUZ - CNPJ nº 13.807.870/0001-19, representado pelo Sr. Prefeito ARISMÁRIO BARBOSA JÚNIOR, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 016.549.665-76, SÃO DOMINGOS - CNPJ nº 16.435.547/0001-50, representado pelo Sr. Prefeito ILARIO ANTONIO NETO RIOS CARNEIRO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 633.846.395-53, SERRINHA - CNPJ nº 13,845,086/0001-03, representado pelo Sr. Prefeito ADRIANO SILVA LIMA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 912.972.575-53, TEOFILÂNDIA - CNPJ nº 13.845.466/0001-30, representado pelo Sr. Prefeito HIGO MOURA MEDEIROS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 005.390.835-00, VALENTE - CNPJ 13.845.896/0001-51, representado pelo Sr.

Prefeito **UBALDINO AMARAL DE OLIVEIRA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 086.097.645-91, resolvem celebrar o presente contrato de rateio, nos termosque passa a dispor.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente CONTRATO DE RATEIO tem como fundamento o art. 8º da Lei Federal nº 11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art. 13 e ss. do Decreto Federal nº 6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; no artigo 12 da Lei Estadual n.º 13.374, de 22 de setembro de 2015, bem como nos demais dispositivos legais pertinentes à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO DE RATEIO a definição dos valores, regras e critérios de participação financeira dos contratantes para o exercício financeiro 2022, na cobertura das despesas operacionais das atividades pertinentes a administração da SEDE do CONSÓRCIO, à manutenção e gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE, incluindo as despesas referentes ao custeio do transporte sanitário para o funcionamento do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA, na forma prevista na Cláusula Décima do Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consorcio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta de dotações consignadas nas leis orçamentárias de todos os entes consorciados.

Parágrafo Único – Os consorciados signatários atestam, sob as penas da lei, que nos seus respectivos orçamentos há dotações suficientes à cobertura das despesas decorrente deste contrato, conforme previsto no artigo 9º da Lei n.º 13.374, de 22 de setembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RECEITAS

CLÁUSULA 4.1 - DOS REPASSES

Os custos mensais para cobertura das despesas operacionais das atividades pertinentes a administração da SEDE do CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE SERRINHA no exercício de 2022 estão fixados em R\$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais), e a gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE em R\$ 859.000,00 (Oitocentos e cinquenta e nove mil reais), totalizando em R\$ 906.000,00 (Novecentos e seis mil reais), distribuídos conforme tabela abaixo:

Código		RATEIO SEDE	RATEIO POLICLINICA	TOTAL OFDAL
Orçamentário e Contábil	Descriminação da Natureza da Despesa	Valor Mensal (R\$)	Vaior Mensal (R\$)	TOTAL GERAL MENSAL (R\$)
31 71 7000	Pessoal e Encargos Sociais	29.898,70	554.626,70	584.525,40
33 71 7000	Despesas de Custeio	17.101,30	304.373,30	321.474,60
44 71 7000 *	Despesas de Investimento	0,00	0,00	0,00
то	TAL MENSAL (R\$)	47.000,00	859.000,00	906.000,00

^{*} Valor a ser utilizado dentro do limite indicado no parágrafo sexto

Parágrafo Primeiro – O rateio das despesas, bem como as cotas mensais referentes a cada um dos entes consorciados, será feito conforme o ANEXO I deste Contrato

Parágrafo Segundo – O Consórcio deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação funcional, programática, por natureza de despesa e por fonte/destinação de recursos.

Parágrafo Terceiro — Os entes consorciados efetuarão em suas contabilidades o registro das informações do Consórcio necessárias à consolidação de demonstrativos fiscais. Para tanto, o Consórcio deverá encaminhar mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente, para os entes consorciados, as informações sobre a execução das despesas por grupo de natureza de despesa, função e subfunção.

Parágrafo Quarto – Para elaboração dos demonstrativos previstos na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, os entes consorciados computarão as despesas executadas na modalidade de aplicação referente às transferências efetuadas, observando a metodologia de elaboração estabelecida pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo Quinto — Caso o consórcio não encaminhe as contas dentro do prazo estabelecido no parágrafo terceiro deste artigo, as apurações nos demonstrativos ocorrerão da seguinte forma:

- I) Todo o valor transferido pelo ente consorciado para pagamento de pessoal entrará na despesa bruta com pessoal ativo do Ente consorciado;
- II) Nenhum valor transferido pelo ente consorciado para pagamento de despesas com saúde será computado para os limites nos demonstrativos.

Parágrafo Sexto – O Consorcio poderá realizar aquisição de equipamentos para ampliação e modernização da prestação de serviços e da gestão, desde que o recurso financeiro proveniente do repasse deste contrato no elemento despesa de investimento seja previamente autorizado, ou com a receita proveniente da Cláusula 4.2, II, observando a legislação pertinente, após aprovação em Assembleia Geral.

Parágrafo Sétimo – A aquisição de equipamentos para ampliação e modernização da prestação de serviços e da gestão com o recurso proveniente do contrato de rateio respeitará o limite de até 10% do valor global do presente Contrato de Rateio.

Parágrafo Oitavo — Para fins de registro contábil orçamentário pelos entes consorciados fica demonstrado nos Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD os valores atribuídos a cada ente consorciado para as despesas operacionais pertinentes a administração da SEDE do CONSÓRCIO, conforme o ANEXO II. Para as despesas de manutenção e gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE deste Contrato observar-se-á o ANEXO III

Parágrafo Nono – Apurado superávit financeiro no exercício anterior, devidamente evidenciado no Balanço Patrimonial do Consorcio e demonstrado no Quadro do Superávit Financeiro nos termos do MCASP, sua utilização fica condicionada à aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos em Assembleia Geral e vinculado a natureza da despesa de origem, com manifestação prévia do Conselho Fiscal, e a execução mediante abertura de crédito adicional suplementar e/ou especial em observância aos requisitos dispostos no Artigo 43 da Lei 4.320/64, ao Parágrafo Único do Artigo 8º da Lei Complementar 101/00.

CLÁUSULA 4.2 - DOS TRIBUTOS

Os tributos recolhidos pelo Consorcio serão distribuídos da seguinte forma:

- I O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS fruto do objeto deste contrato será devido ao MUNICÍPIO onde for prestado o serviço, de fato, conforme Lei Complementar nº 116/2003.
- II O Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF será retido pelo presente Consórcio, contabilizados como receita própria e as informações financeiras respectivas deverão ser prestadas a todos entes

consorciados para fins de consolidação em suas contas, nos termos do disposto Art. 17 do Decreto nº 6.017/2007.

CLÁUSULA QUINTA - DO VENCIMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Os entes consorciados devem integralizar suas cotas mensais até o quinto dia útil de cada mês.

Parágrafo Primeiro - O município transferidor deve destinar o recurso do Fundo Municipal de Saúde para o Consórcio Público na função saúde e de igual modo, o Consórcio deverá prever em seu Orçamento, e aplicar o recurso na mesma função, conforme determina o parágrafo único do artigo 2º da Lei Complementar nº 141/12, que regulamentou o artigo 198 da Constituição Federal.

Parágrafo Segundo - Para efetivação dos pagamentos estabelecidos neste contrato, os MUNICÍPIOS aderem ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS firmado entre o CONSÓRCIO e o BANCO DO BRASIL S/A, conforme TERMO DE ADESÃO que faz parte integrante deste instrumento, pelo que fica expressamente autorizado pelos MUNICÍPIOS o BANCO DO BRASIL S/A, em caráter irrevogável e irretratável.

Parágrafo Terceiro – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para o pagamento a que se refere esta cláusula, nos termos do §1º, do artigo 60, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, devendo, contudo, os entes consorciados efetuarem as devidas regularizações orçamentárias e contábeis, observadas as classificações constantes nos Anexo II e Anexo III deste Contrato de Rateio.

Parágrafo Quarto - Para fins dos repasses financeiros previsto nesta cláusula, os MUNICÍPIOS comprometem-se a confirmar a autorização através do Termo de Adesão ao DÉBITO AUTOMÁTICO (DBT), adotando as medidas previstas para tanto na Cláusula 6ª do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o CONSÓRCIO e o BANCO DO BRASIL S/A.

Parágrafo Quinto – O Estado poderá condicionar a entrega de recursos aos municípios inadimplentes com o CONSORCIO a transferência dos repasses financeiros previstos neste contrato, conforme parágrafo único do Art. 160 da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEXTA: DOS APORTES DO ESTADO

O Estado da Bahia compromete-se a, mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês, efetuar o pagamento ao Consórcio das obrigações assumidas por força deste contrato.

Parágrafo Primeiro — Para garantia e como meio de efetivo pagamento da obrigação financeira decorrente deste contrato, o Estado da Bahia cede e transfere ao Consórcio, em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo "pro solvendo", e nos exatos valores que se tornarem exigíveis nos termos deste contrato, os créditos que se façam na sua conta de depósitos junto ao Banco do Brasil S/A, provenientes das quotas do Fundo de Participação dos Estados — FPE.

Parágrafo Segundo – Verificada a inadimplência do Estado no cumprimento das disposições do caput, o Consórcio pode, imediatamente, acionar o Banco do Brasil S/A, para efetivação das disposições do parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro — Para dar efetividade às disposições do parágrafo anterior, o Estado também adere ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de que trata o parágrafo segundo da cláusula quinta deste contrato, firmando o respectivo termo de adesão.

Parágrafo Quarto – Para fins dos repasses financeiros previsto nesta cláusula, o ESTADO efetuará seus pagamentos da seguinte forma: as despesas operacionais pertinentes as atividades da administração da SEDE do CONSÓRCIO pela Unidade Gestora: 19.601.0003 e para as despesas

de manutenção e gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE na Unidade Gestora: 19.601.0083.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES, ADITIVOS E DISTRATOS.

As transferências financeiras na forma deste contrato são de caráter irrevogável até o seu cumprimento total, salvo mediante Distrato/Rescisão deste Contrato, obrigatoriamente, com anuência em Assembleia Geral, ficando assegurada a manutenção do equilíbrio financeiro desse Contrato.

Parágrafo Único – Quaisquer alterações não serão permitidas nem promovidas, salvo mediante "Termo Aditivo" e/ou outro documento que o substitua, obrigatoriamente, com aprovação da Assembleia Geral, ficando assegurado a manutenção do equilíbrio financeiro do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSORCIADOS

São obrigações dos entes consorciados:

- I Repassar recursos financeiros ao CONTRATADO conforme os valores estabelecidos no presente CONTRATO DE RATEIO;
- II Exigir o pleno cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO DE RATEIO, quando na condição de adimplente;
- III Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do Consorcio:

- I- Executar os recursos oriundos do presente CONTRATO DE RATEIO observadas as normas da contabilidade pública:
- II Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas;
- III Informar mensalmente a todos os consorciados o saldo bancário e as despesas realizadas com os recursos repassados no presente CONTRATO DE RATEIO;
- IV -- Aplicar os recursos financeiros repassados ao CONSÓRCIO em fundos de aplicação financeira de curto prazo, enquanto não empregados na sua finalidade, devendo os resultados serem utilizados integralmente no objeto desse Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

Para os efeitos deste CONTRATO DE RATEIO, a vigência será adstrita ao exercício financeiro 2022 e seu prazo não será superior ao das dotações que o suportam, em estrita observância a legislação orçamentária e financeira de cada ente consorciado contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Presidente do CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE SERRINHA.

Parágrafo Único – Os CONSORCIADOS terão, isolada ou conjuntamente, livre acesso ao CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE SERRINHA, para o acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula, cabendo ao Presidente fornecer todas as informações e documentos necessários ao bom andamento dos trabalhos.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas, controvérsias, excessos e/ou omissões deste Contrato de Rateio, os partícipes elegem Tribunal de Justiça da Bahia, renunciando a quaisquer outros.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, assinam o presente CONTRATO DE RATEIO em 02 vias de igual teor e forma, para os devidos fins de direito que, depois de lido e assinado pelas partes e pelas testemunhas, será publicado seu extrato no Diário Oficial do Estado da Bahia para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Semina-BA,dede_	
GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA	
	•
SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DA BA	HIA
	CALIDE DA DECIAC DE
PRESIDENTE DO CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE	· SAUDE DA REGIAO DE

SERRINHA
Prefeito do Município de Euclides da Cunha

MARIA BETIVANIA LIMA DA SILVA
MUNICÍPIO DE ARACI

GILMARIO SOUZA DE OLIVEIRA MUNICÍPIO DE BIRITINGA

JOSÉ JAILSON LIMA FERREIRA MUNICÍPIO DE BARROCAS MARCELO PASSOS DE ARAÚJO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE COITÉ

LUCIANO PINHEIRO D. E. SANTOS MUNICÍPIO DE EUCLÍDES DA CUNHA

ARISMÁRIO BARBOSA JÚNIOR MUNICÍPIO DE SANTA LUZ

MARIA LUZINEIDE COSTA S. DE ARAÚJO MUNICÍPIO DE LAMARÃO

ILÁRIO ANTONIO NETO RIOS CARNEIRO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

SILVANIA SILVA MATOS

MUNICÍPIO DE MONTE SANTO

ADRIANO SILVA LIMA MUNICÍPIO DE SERINHA

WELIGTON CAVALCANTE DE GOIS MUNICÍPIO DE QUIJINGUE

HIGO MOURA MEDEIROS MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA

ALIVANALDO MARTINS DOS SANTOS MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA UBALDINO AMASRAL DE OLIVEIRA
MUNICÍPIO DE VALENTE

ANEXO I - CONSOLIDADO DOS RATEIOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SERRINHA EXERCÍCIO 2022

	CIO													-			
	PER CAPITA DO CONSORCIO							7	1,10							:	
CA & SEDE	CUSTO MÉDIO ANUAL POR MUNICÍPIO	723.099,54	213.691,24	210.583,00	887.612,16	804.875,13	106.391,24	647.263,85	364,453,87	192.131,14	496.580,24	119,653,92	1.075.937,03	297.521,42	383,406,20	6.523,200,00	۲۷
60% CUSTEIO DA POLICLÍNICA & SEDE	CUSTO MÉDIO MENSAL POR MUNICÍPIO	60.258,30	17.807,60	17,548,58	73.967,68	67.072,93	8.865,94	53.938,65	30.371,16	16.010,93	41.381,69	9.971,16	89.661,42	24.793,45	31,950,52	543.600,00	A DECIMENT OF STATE OF SECTION
60% CUSTE	TOTAL RATEIO	3.125,98	923,79	910,36	3.837,18	3.479,50	459,93	2.798,14	1.575,55	830,59	2.146,73	517,27	4.651,31	1.286,19	1.657,48	28.200,00	CECIÃO DE CAL
	TOTAL RATEIO MENSAL POLICLINICA	57.132,31	16.883,81	16.638,23	70.130,50	63.593,43	8.406,00	51.140,51	28.795,61	15.180,34	39.234,95	9.453,89	85.010,11	23.507,26	30.293,04	515.400,00	
	POPULAÇÃO 2021	54.903	16.225	15.989	67.394	61.112	8.078	49.145	27.672	14.588	37.704	9.085	81.693	22.590	29.111	495.289	_
	MUNICÍPIO	ARACI	BARROCAS	BIRITINGA	CONCEIÇÃO DO COITÉ	EUCLIDES DA CUNHA	LAMARÃO	MONTE SANTO	QUIJINGUE	RETIROLÂNDIA	SANTALUZ	SÃO DOMINGOS	SERRINHA	TEOFILÂNDIA	VALENTE	TOTAL	CIDTAILY CO CIDTAG
		~	7	3	4	5	9	7	8	6	10	Ξ	12	13	14		

RATEIO DO CUSTEIO DA POLICLINICA DA REGIAO DE SAUDE DE SERRINHA

FONTE	RATEIO MENSAL	RATEIO MENSAL SEDE	TOTAL POLICLINICA + SEDE RATEIO	TOTAL POLICLINICA + SEDE RATEIO	
1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1	roliolinica 	,	MENSAL	ANUAL	*
Tesouro Estadual (40%)	343.600,00	18,800,00	362.400,00	4.348.800,00	
Tesouro Municipal (60%)	515.400,00	28.200,00	543.600,00	6.523.200,00	
TOTAL	859.000,00	47.000,00	906.000,00	10.872.000,00	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1

ANEXO II - CRONOGRAMA FINANCEIRO REFERENTE COTA RATEIO SEDE 2022 SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA - QDD 2022 POR ENTE CONSORCIADO

				C	CONTRATO		RATEIO SEDE 2022	:DE 20 2	22					
Descrição	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	unf	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Estado 2022
ENTE CONSORCIADO	Despesa	18.800,00	18.800,00	18.800,00	18.800,00	18.800,00	18.800,00	18.800,00	18.800,00	18.800,00	18.800,00	18.800,00	18.800,00	225.600,00
TOTAL ESTADO	3.1.71.70	11.959,48	11.959,48 11.959,48	11.959,48	11.959,48	11.959,48	11.959,48	11.959,48	11.959,48	11.959,48	11.959,48	11.959,48	11,959,48	143.513,76
O AL ESTADO	3.3.71.70	6.840,52	6.840,52	6,840,52	6.840,52	6.840,52	6.840,52	6.840,52	6.840,52	6.840,52	6.840,52	6.840,52	6.840,52	82.086,24
Descrição	Nafureza da	Jan	Fev	Маг	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Geral Municipio 2022
ENTE CONSORCIADO	Despesa	28.200,00	28,200,00	28.200,00	28,200,00	28.200,00	28.200,00	28,200,00	28,200,00	28,200,00	28.200,00	28.200,00	28.200,00	338,400,00
CECCIONAL	3.1.71.70	17.939,22	17.939,22	17.939,22	17.939,22	17.939,22	17.939,22	17.939,22	17.939,22	17,939,22	17.939,22	17.939,22	17,939,22	215.270,60
	3,3,71,70	10.260,78	10.260,78	10.260,78 10.260,78 10.260,78	10.260,78	10.260,78	10.260,78	10.260,78	10.260,78	10.260,78	10.260,78	10.260,78	10.260,78	123.129,36
TOTAL GERAL DOS ENTES CONSORCIADOS	ENTES	47,000,00	47.000,00	47.000,00 47.000,00 47.000,00 47.000,00	47.000,00	47.000,00	47.000,00	47.000,00 47.000,00 47.000,00	47.000,00	47.000,00	47.000,00 47.000,00 47.000,00	47.000,00		564.000,00

A CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA - POR MUNICIPIO	
FICAÇÃ	C
CLASSI	SORCIAD
UNDO A	V.ZCC
)22 SEG	
ATEIO 2(
- COTA RATEIO 2022	
CEIRO - (
MA FINANCE	

_					1			1	- 1 m ·	
Total Município 2022	37,511,79	23,862,84	13.648,94	Total Municipio	11.085,53	7.051,98	4.033,55	Total Municipio	10.924,28	
Dez	3.125,98	1.988,57	1.137,41	Dez	923,79	587,66	336,13	Z9Q.	910,36	
Nov	3.125,98	1.988,57	1,137,41	Nov	923,79	587,66	336,13	` NöV ∵	.910,36	
Out	3.125,98	1,988,57	1.137,41	Out	923,79	587,66	336,13	· OUT	910,36	
Set	3.125,98	1.988,57	1.137,41	Set	923,79	587,66	336,13	Set	910,36	
Ago	3.125,98	1.988,57	1.137,41	Ágo	923,79	587,66	336,13	Ago	910,36.	
Jul	3.125,98	1.988,57	1.137,41	Jul	923,79	587,66	336,13	Jul	9/10/36	
Jun	3.125,98	1.988,57	1.137,41	Jun	923,79	587,66	336,13	Jun'	910,36	
Mai	3,125,98	1.988,57	1.137,41	Mai	923,79	587,66	336,13	, Mái	910,36	
Abr	3.125,98	1,988,57	1.137,41	Abr	923,79	587,66	336,13	'Abr	910,36	
Mar	3.125,98	1.988,57	1.137,41	Mar	923,79	587,66	336,13	Mar	910136	
Fev	3,125,98	1.988,57	1.137,41	Fev	923,79	587,66	336,13	FeV	9/10,36	
Jan	3.125,98	1.988,57	1.137,41	Jan	923,79	587,66	336,13	Jan	910,36	
Natureza da	Despesa	3.1.71.70	3.3.71.70	Natureza da		3.1.71.70	3.3.71.70	Natureza da	Desbesa	3.1.71.71
Ciajonaria	MONICIPIO			Ciclotta		DADOCTAS	CUTONICA		MONUTE STATE OF THE PROPERTY O	BIRITINGA
		•			, ,	c	۷	-		က

	3.974,88	unicipio	τ-	0	2	ınicipio	-	0	1	ınicipio				nicipio	_	Į)	nicipio	15			nicipio			
6.949,40	3.974,88	Total Me 2022	46.046,11	29.291,89	16.754,22	Total Municipio 2022	41.754,01	26.561,50	15.192,51	Total Municipio 2022	5.519,19	3.510,99	2.008,20	Total Municipio 2022	33.577,71	21.360,21	12.217,50	Total Municipio 2022	18.906,55	12.027,26	6.879,29	Total Municipio	9.967,07	6.340,48	
579,12	331,24	Dez	3.837,18	2.440,99	1.396,18	Dez	3.479,50	2.213,46	1.266,04	Dez	459,93	292,58	167,35	Dez	2.798,14	1.780,02	1.018,12	Dez	1.575,55	1.002,27	573,27	Dez	830,59	528,37	
579,12	331,24	Nov	3.837,18	2.440,99	1.396,18	Nov	3.479,50	2.213,46	1,266,04	Nov	459,93	292,58	167,35	Nov	2.798,14	1.780,02	1.018,12	Nov	1.575,55	1.002,27	573,27	Nov	830,59	528,37	
579,12	331,24	Out	3.837,18	2.440,99	1.396,18	Out	3.479,50	2.213,46	1.266,04	Out	459,93	292,58	167,35	Out	2.798,14	1.780,02	1.018,12	Out	1.575,55	1.002,27	573,27	Out	830,59	528,37	
579,12	331,24	Set	3.837,18	2.440,99	1.396,18	Set	3.479,50	2.213,46	1.266,04	Set	459,93	292,58	167,35	Set	2.798,14	1.780,02	1.018,12	Set	1.575,55	1.002,27	573,27	Set	830,59	528,37	
579,12	331,24	Ago	3.837,18	2.440,99	1.396,18	Ago	3.479,50	2.213,46	1.266,04	Ago	459,93	292,58	167,35	Ago	2.798,14	1.780,02	1.018,12	Ago	1,575,55	1.002.27	573,27	Ago	830,59	528,37	
579,12	331,24	Jul	3.837,18	2.440,99	1.396,18	Jul	3,479,50	2.213,46	1.266,04	Juf	459,93	292,58	167,35	Jul	2.798,14	1.780,02	1.018,12	Jul	1,575,55	1.002,27	573,27	Jul	830,59	528,37	
579,12	331,24	Jun	3.837,18	2.440,99	1.396,18	Jun	3.479,50	2.213,46	1.266,04	Jun	459,93	292,58	167,35	Jun	2.798,14	1.780,02	1.018,12	Jun	1.575,55	1.002,27	573,27	Jun ==	830,59	528,37	
579,12	331,24	Mai	3.837,18	2.440,99	1.396,18	Mai	3.479,50	2.213,46	1.266,04	Mai	459,93	292,58	167,35	Mai	2.798,14	1.780,02	1.018,12	Mai	1.575,55	1.002,27	573,27	Mai	830,59	528,37	
579,12	331,24	Abr	3.837,18	2.440,99	1.396,18	Abr	3.479,50	2.213,46	1.266,04	Abr	459,93	292,58	167,35	Abr	2.798,14	1.780,02	1.018,12	Abr	1,575,55	1.002,27	573,27	Abr	830,59	528,37	
579,12	331,24	Mar	3.837,18	2.440,99	1.396,18	Mar	3.479,50	2.213,46	1.266,04	Mar	459,93	292,58	167,35	Mar	2,798,14	1.780,02	1.018,12	Mar	1.575,55	1.002,27	573,27	Mar	830,59	528,37	
579,12	331,24	Fev	3.837,18	2.440,99	1.396,18	Fev	3,479,50	2.213,46	1.266,04	Fev	459,93	292,58	167,35	Fev	2,798,14	1.780,02	1.018,12	Fev	1,575,55	1.002,27	573,27	Fev	830,59	528,37	
579,12	331,24	Jan	3.837,18	2.440,99	1.396,18	Jan	3.479,50	2.213,46	1.266,04	Jan	459,93	292,58	167,35	. Jan	2.798,14	1.780,02	1.018,12	Jan	1.575,55	1.002,27	573,27	Jan	830,59	528,37	
	3.3.71.71	Natureza da	Despesa	3.1.71.71	3.3.71.71	Natureza da	Despesa	3.1.71.72	3,3,71,72	Natureza da	Despesa	3.1.71.72	3.3.71.72	Natureza da	Despesa	3.1.71.71	3.3.71.71	Natureza da	Despesa	3.1.71.71	3.3.71.71	Natureza da-	Despesa	3.1.71.72	3.3.71.72
			CLISING		CONCEIÇÃO DO COILE	Ciajonana	MUNICIPIO	ELICITOES DA CHALLA	במבומרי מש במשונים	Ciajolivitu	OLIONOM	C 200 V V V V V V V V V V V V V V V V V V	OFNICIAIST	Oldjoliville	MONICIPIO	OTIVES SANCE	Olype Salvoni	Ç	MUNICIPIO	SHEDWHILL	dolainede.	VIOLUTIAL IN		RETIBOLÂNDIA	
	į							ц	>			ď	5			1	-			0	0		*	6	1

			302,22	302,22	302,22	302,22	302,22	302,22	302,22	302,22	302,22	302,22	302,22	302,22	3.626,59
	CiajCini	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2022
		Despesa	2.146,73	2.146,73	2.146,73	2.146,73	2.146,73	2,146,73	2.146,73	2.146,73	2.146,73	2.146,73	2.146,73	2.146,73	25.760,79
Ç	CANITALLIZ	3.1.71.72	1.365,63	1.365,63	1.365,63	1.365,63	1.365,63	1.365,63	1.365,63	1.365,63	1.365,63	1.365,63	1.365,63	1.365,63	16.387,53
2	2018 I ALLOZ	3.3.71.72	781,10	781,10	781,10	781,10	781,10	781,10	781,10	781,10	781,10	781,10	781,10	781,10	9.373,25
<u></u>		Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	unc	lul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2022
	MUNICIPIO	Despesa	517,27	517,27	517,27	517,27	517,27	517,27	517,27	517,27	517,27	517,27	517,27	517,27	6.207,21
7	SOS MOMOROS	3.1.71.73	329,06	329,06	329,06	329,06	329,06	329,06	329,06	329,06	329,06	329,06	329,06	329,06	3,948,67
=	SOOMING OF	3.3.71.73	188,21	188,21	188,21	188,21	188,21	188,21	188,21	188,21	188,21	188,21	188,21	188,21	2.258,54
		Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2022
	MUNICIPIO	Despesa	4.651,31	4.651,31	4.651,31	4.651,31	4.651,31	4,651,31	4.651,31	4.651,31	4.651,31	4.651,31	4,651,31	4.651,31	55.815,72
ć	CEDDINITIA	3.1.71.73	2.958,90	2.958,90	2.958,90	2.958,90	2.958,90	2.958,90	2.958,90	2.958,90	2.958,90	2.958,90	2.958,90	2.958,90	35.506,75
7	SERVINDA	3.3.71.73	1.692,41	1,692,41	1.692,41	1.692,41	1.692,41	1.692,41	1.692,41	1.692,41	1.692,41	1.692,41	1.692,41	1.692,41	20.308,96
<u> </u>		Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2022
	MUNICIPIO	Despesa	1.286,19	1.286,19	1.286,19	1.286,19	1.286,19	1.286,19	1.286,19	1.286,19	1.286,19	1.286,19	1.286,19	1.286,19	15.434,33
ç	TEOEII ŠNOIA	3.1.71.72	818,20	818,20	818,20	818,20	818,20	818,20	818,20	818,20	818,20	818,20	818,20	818,20	9.818,44
2		3.3.71.72	467,99	467,99	467,99	467,99	467,99	467,99	467,99	467,99	467,99	467,99	467,99	467,99	5.615,90
<u> </u>	Cicjonalia	Natureza da	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2022
	MONCIPIO	Despesa	1.657,48	1.657,48	1.657,48	1.657,48	1.657,48	1.657,48	1.657,48	1.657,48	1,657,48	1.657,48	1,657,48	1.657,48	19,889,73
2	VANENTE	3.1.71.72	1.054,39	1.054,39	1.054,39	1.054,39	1.054,39	1.054,39	1.054,39	1.054,39	1.054,39	1.054,39	1.054,39	1.054,39	12.652,70
<u>t</u>	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	3,3,71.72	603,09	603,09	603,09	603,09	603'08	603,09	603'08	603,09	603,09	603,09	603'09	603,09	7.237,02

ANEXO III - CRONOGRAMA FINANCEIRO REFERENTE COTA RATEIO POLICLINICA 2022 SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA DA

DESPESA - QDD 2022 POR ENTE CONSORCIADO

				SON	CONTRATO		RATEIO POLICLINICA 2022	CLINIC	A 2022					
Descrição	Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Estado 2022
ENTE CONSORCIADO	Despesa	343.600,00	343.600,00	343.600,00	343.600,00	343.600,00	343.600,00	343,600,00	343.600,00	343.600,00	343.600,00	343,600,00	343.600,00	Despesa 343.600,00 343.600,00 343.600,00 343.600,00 343.600,00 343.600,00 343.600,00 343.600,00 343.600,00 343.600,00 343.600,00 343.600,00 343.600,00
TOTAL ESTADO	3.1.71.70	221.850,68	221.850,68	221.850,68 221.850,68 221.850,68 221.850,68	221.850,68	221.850,68	221.850,68	221.850,68	221.850,68	221.850,68	221.850,68	221.850,68	221.850,68	221.850,68 221.850,68 221.850,68 221.850,68 221.850,68 221.850,68 221.850,68 221.850,68 221.850,68 2.662.208,16
	3.3.71.70	121.749,32	121.749,32	121.749,32 121.749,32 121.749,32	121.749,32	`	121.749,32	121.749,32	121.749,32	121.749,32	121.749,32	121.749,32	121.749,32	21.749,32 121.749,32 121.749,32 121.749,32 121.749,32 121.749,32 121.749,32 121.749,32 121.749,32 1.460.991,84
Descrição	Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Gerai Municipio 2022
ENTE CONSORCIADO	Despesa	515.400,00	515,400,00	515.400,00	515.400,00	515,400,00	515,400,00	515,400,00	515,400,00	515,400,00	515.400,00	515,400,00	515,400,00	515.400,00 515.400,00 515.400,00 515.400,00 515.400,00 515.400,00 515.400,00 515.400,00 515.400,00 515.400,00 515.400,00 615.400,00
OIGIOINIM INTOT	3.1.71.70	332.776,02	332.776,02	332.776,02	332.776,02	332.776,02	332.776,02	332.776,02	332.776,02	332.776,02	332.776,02	332.776,02	332.776,02	332.776,02 332.776,02 332.776,02 332.776,02 332.776,02 332.776,02 332.776,02 332.776,02 332.776,02 332.776,02 332.776,02 332.776,02
	3.3.71.70	182,623,98	182.623,98	182.623,98 182.623,98 182.623,98 182.623,98	182.623,98	182.623,98	182.623,98	182.623,98	182.623,98	182.623,98	182.623,98	182.623,98	182.623,98	182.623,98 182.623,98 182.623,98 2.191,487,76
TOTAL GERAL DOS ENTES CONSORCIADOS	INTES S	859.000,00	859,000,00	859.000,00	859,000,00	859,000,00	859,000,00	859.000,00	859.000,00	859,000,00	859.000,00	859.000,00	859.000,00	859.000,00 8

- POR MUNICIPIO CRONOGRAMA FINANCEIRO - COTA RATEIO 2022 SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA CONSORCIADO

71.790,18 | Total Municipio | 2022 Total Municipio 2022 Total Municipio 2022 685.587,76 442.660,39 242,927,37 202,605,71 130.815,53 16:638;23 | 16.638,23 | 199;658,72 128,912,75 70.745,96 36.888,37 16.883,81 10.742,73 20.243,95 10.901,29 57.132,31 5.982,52 5.895,50 Dez Dez Dez 16,883,81 10.742,73 36.888,37 20.243,95 10.901,29 57.132,31 5,982,52 5.895,50 Nov Š 5.982,52 16.883,81 10.742,73 36.888,37 16.638,23 20.243,95 10.901,29 57.132,31 5.895,50 out Out. 16.883,81 16.638;23 16.638,23 16.638;23 10.742,73 20.243,95 36.888,37 10.901,29 57.132,31 5.982,52 5.895,50 Set Set Set 10.742,73 | 10.742,73 | 10.742,73 | 10.742,73 16.883,81 36.888,37 20.243,95 10.901,29 57.132,31 5.982,52 5.895,50 Ago Ago Ago 36.888,37 20.243,95 16.883,81 10.901,29 57.132,31 5.982,52 5.895,50 콬 Ξ 马 36.888,37 | 36.888,37 20.243,95 16.883,81 10.901,29 16,638,23 16,638,23 57.132,31 5.982,52 5.895,50 Jun Jun L L 16,883,81 20.243,95 10.901,29 57.132,31 5.982,52 5.895,50 Mai Mai Mai 10.742,73 16.883,81 36.888,37 20.243,95 10.901,29 16,638,23 57.132,31 5.982,52 5.895,50 Abr Abr · Abr 16.638,23 10.742,73 16.883,81 36.888,37 20.243,95 10.901,29 57.132,31 5.895,50 5.982,52 Mar. Mar Mar 10.742,73 | 10.742,73 16,883,81 36,888,37 20.243,95 10.901,29 5,982,52 16.638,23 " T6.638,23 57.132,31 5.895,50 Fev Fev Fe. 16.883,81 36.888,37 20,243,95 10.901,29 57.132,31 5.982,52 5.895,50 Jan Jan Jan Despesa 3.1.71.71 Natureza 3.3.71.70 3.1.71.70 Natureza Despesa Despesa Natureza 3.3.71.70 3.3.71.71 3.1.71.70 BARROCAS BIRITINGA MUNICÍPIO MUNICÍPIO ARACI N ന

70.130,50 70.130,50
45.280,85 45.280,85 45.280,85
24.849,65 24.849,65 24.849,65
Mar Abr
63.593,43 63.593,43 63.593,43
41.060,08 41.060,08 41.060,08
22.533,34 22.533,34 22.533,34
Mar Abr
8.406,00 8.406,00
5.427,47 5.427,47
2.978,54 2.978,54
Mar Abr
51.140,51 51.140,51 51.140,51
33.019,67 33.019,67 33.019,67
18.120,85 18.120,85 18.120,85
Mar Abr
28.795,61 28.795,61 28.795,61
18.592,33 18.592,33 18.592,33
10.203,28 10.203,28 10.203,28
Eev Mar - Abr.
15.180,34 15.180,34 15.180,34
9.801,42 9.801,42
5.378,92 5.378,92
Mar Abr

,		Despesa	39.234,95	39.234,95	39,234,95	39.234,95	39,234,95	39.234,95	39.234,95	39,234,95	39.234,95	39.234,95	39.234,95	39,234,95	470.819,46
5	SANTALIZ	3.1.71.72	25.332,66	25.332,66	25.332,66	25.332,66	25.332,66	25.332,66	25.332,66	25.332,66	25.332,66	25.332,66	25.332,66	25.332,66	303.991,90
2	70th Mich	3.3.71.72	13.902,30	13.902,30	13.902,30	13.902,30	13.902,30	13.902,30	13.902,30	13.902,30	13.902,30	13.902.30	13.902,30	13.902,30	166.827,56
	OldjoiniiM	Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	juľ	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2022
	Ollionom	Despesa	9,453,89	9.453,89	9.453,89	9.453,89	9,453,89	9.453,89	9,453,89	9.453,89	9,453,89	9.453,89	9.453,89	9.453,89	113.446,71
7	SOSINIMOG O Š2	3.1.71.73	6.104,05	6.104,05	6.104,05	6.104,05	6.104,05	6,104,05	6.104,05	6.104,05	6,104,05	6.104,05	6.104,05	6.104,05	73.248,63
_	SOOMINIOT OVS	3,3,71,73	3.349,84	3.349,84	3.349,84	3.349,84	3.349,84	3.349,84	3.349,84	3,349,84	3,349,84	3.349,84	3.349,84	3.349,84	40.198,08
	Ciajoinim	Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sef	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2022
1	OLLONOM	Despesa	85.010,11	85.010,11	85.010,11	85.010,11	85,010,11	85,010,11	85,010,11	85.010,11	85,010,11	85.010,11	85.010,11	85.010,11	1.020.121,32
ç	A LIMITED OF	3.1.71.73	54.888,10	54.888,10	54.888,10	54.888,10	54.888,10	54.888,10	54.888,10	54.888,10	54.888,10	54.888,10	54.888,10	54.888,10	658,657,18
2	SEARINGS	3.3.71.73	30.122,01	30.122,01	30.122,01	30.122,01	30.122,01	30.122,01	30.122,01	30.122,01	30.122,01	30.122,01	30.122,01	30.122,01	361.464,13
	Cicionisa	Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	zəQ	Total Municipio 2022
1		Despesa	23,507,26	23.507,26	23.507,26	23.507,26	23.507,26	23.507,26	23,507,26	23,507,26	23,507,26	23.507,26	23.507,26	23.507,26	282.087,09
ζ.	TEOEH ÂNDIA	3.1.71.72	15.177,83	15.177,83	15.177,83	15.177,83	15.177,83	15.177,83	15.177,83	15.177,83	15.177,83	15.177,83	15.177,83	15.177,83	182,133,91
,		3.3.71.72	8.329,43	8.329,43	8.329,43	8.329,43	8.329,43	8.329,43	8.329,43	8.329,43	8.329,43	8.329,43	8.329,43	8.329,43	99.953,18
	Cledothing	Natureza	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Municipio 2022
	OLIO MORE	Despesa	30,293,04	30.293,04	30.293,04	30.293,04	30,293,04	30,293,04	30.293,04	30.293,04	30,293,04	30,293,04	30,293,04	30.293,04	363,516,48
4	VALENTE	3,1,71,72	19.559,17	19.559,17	19.559,17	19.559,17	19.559,17	19.559,17	19.559,17	19.559,17	19.559,17	19.559,17	19.559,17	19.559,17	234,710,06
-		3.3.71.72	10.733,87	10.733,87	10.733,87	10.733,87	10.733,87	10.733,87	10.733,87	10.733,87	10.733,87	10.733,87	10.733,87	10.733,87	128.806,41



Documento assinado eletronicamente por Weligton Cavalcante de Gois, Representante Legal da Empresa, em 05/11/2021, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por Luciano Pinheiro Damasceno e Santos, Representante Legal da Empresa, em 05/11/2021, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por MARIA LUZINEIDE COSTA SILVA DE ARAÚJIO, Usuário Externo, em 07/11/2021, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.</u>



Documento assinado eletronicamente por Higo Moura Medeiros, Usuário Externo, em 08/11/2021, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014



Documento assinado eletronicamente por José Jailson Lima Ferreira, Usuário Externo, em 19/11/2021, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por Alivanaldo Martins dos Santos, Prefeito, em 22/11/2021, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014</u>



Documento assinado eletronicamente por Ilário Antônio Neto Rios Carneiro, Usuário Externo, em 22/11/2021, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por GILMARIO SOUZA DE OLIVEIRA, Usuário Externo, em 22/11/2021, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por Arismário Barbosa Junior, Usuário Externo, em 23/11/2021, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.</u>



Documento assinado eletronicamente por ADRIANO SILVA LIMA, Usuário Externo, em 25/11/2021, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 132, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por MARCELO PASSOS DE ARAUJO, Usuário Externo, em 29/11/2021, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014</u>.



Documento assinado eletronicamente por Silvania Silva Matos, Usuário Externo, em 03/12/2021, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.</u>



Documento assinado eletronicamente por Keila Silva Anunciação da Silva, Usuário Externo, em 15/12/2021, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 139, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014



Documento assinado eletronicamente por UBALDINO AMARAL DE OLIVEIRA, Usuário Externo, em 05/01/2022, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do <u>Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.</u>



Documento assinado eletronicamente por Neison Luiz Dos Anjos Portela, Coordenador, em 05/01/2022, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por Tereza Cristina Paim Xavier Carvalho, Subsecretário, em 05/01/2022, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



国际作为证A autenticidade deste documento pode ser conferida no

Set (1987) A autenticidade deste documento pode ser conferida no

Set (1987) A autenticidade deste documento pode ser conferida no

Set (1987) A autenticidade deste documento pode ser conferida organização externo=0, informando o código controlador externo conferir a conferir



POLICLÍNICA: REGIONAL DE SAÚDE



RELATÓRIO DE UTILIZAÇÃO DAS VAGAS

POLICLINICA REGIONAL DE SAÚDE EM SERRINHA

VALENTE De 09/2021 ate 12/20						
CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA	Ofertado	Consumido	Cancelado	Saldo	Atendido	Faltoso
MÉDICO CARDIOLOGISTA - CONSULTA MEDICA EM ATENCAO ESPECIALIZADA	. 13	4	0	9	2	2
MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGISTA - ATIVIDADE EDUCATIVA / ORIENTAÇÃO EM GRUPO NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	10	0	0	10	0	0
MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGISTA - CONSULTA MEDICA EM ATENCAO ESPECIALIZADA	20	16	1	3	15	1
MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA - CONSULTA MEDICA EM ATENCAO ESPECIALIZADA	24	21	2	1	13	8
MÉDICO OFTALMOLOGISTA - CONSULTA MEDICA EM ATENCAO ESPECIALIZADA	36	32	2	2	32	0
MÉDICO ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA - CONSULTA MEDICA EM ATENÇAO ESPECIALIZADA	37	12	0	25	9	3
MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA - CONSULTA MEDICA EM ATENCAO ESPECIALIZADA	6	3	0	3	3	0
Total:	146	88	5	53	74	14
Porcentagem por Total Ofertado:	:	60,27%	3,42%	36,30%	50,68%	9,59%
Porcentagem por Total Consumido:					84,09%	15,91%
EXAME	Ofertado	Consumido	Cancelado	Saldo	Atendido	Faltoso
MÉDICO EM RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - MAMOGRAFIA	87	0	0	87	0	0
MÉDICO EM RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - RADIOGRAFIA POR R	X 155	37	3	115	30	7
MÉDICO EM RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	65	58	6	1	48	10
MÉDICO EM RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	128	69	6	53	59	10
MÉDICO EM RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - ULTRASSONOGRAFI. - USG	A 16	11	0	5	9	
Total	: 451	175	15	261	146	29
Porcentagem por Total Ofertado	:	38,80%	3,33%	57,87%	32,37%	6,43%
Porcentagem por Total Consumido	:				83,43%	16,57%
SADT	Ofertado	Consumido	Cancelado	Saldo	Atendido	Faltoso
ASSISTENTE SOCIAL - CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA	37	2	0	35	2	0
ATENCAO ESPECIALIZADA ENFERMEIRO - CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENCA		2	0	82	2	0
ESPECIALIZADA NUTRICIONISTA - CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA	54	8	1	45	6	2
ATENCAO ESPECIALIZADA		4	0	55	4	0
PSICÓLOGO CLÍNICO - CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENCAO ESPECIALIZADA			U			
Total	l: 234	16	1	217	14	2
Porcentagem por Total Ofertado	:	6,84%	0,43%	92,74%	5,98%	0,85%
Porcentagem por Total Consumido) :				87,50%	12,50%

Emissão: 22/02/2022 09:03:47

Filtro(s): VALENTE.

RELATÓRIO DE UTILIZAÇÃO DAS VAGAS

 Total da Unidade:
 831
 279
 21
 531
 234
 45

 Porcentagem por Total Ofertado:
 33,57%
 2,53%
 63,90%
 28,16%
 5,42%

 Porcentagem por Total Consumido::
 83,87%
 16,13%

Emissão: 22/02/2022 09:03:47

Filtro(s): VALENTE.